

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Plano das Atividades Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Perfil Corporativo e Desempenho Operacional: A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

	2017	2016	Var. %
PLANTA REGIÃO I	12.170	12.780	-4,8%
FIXA	7.904	8.554	-7,6%
BANDA LARGA	3.258	3.371	-3,4%
TV	1.008	855	17,9%

Em milhares

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2017 com 12,2 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 4,8% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 54,1%, segundo a ANATEL (*). Na Banda Larga encerramos 2017 com uma base de 3,3 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 3,4% em relação a 2016. A planta de TV da Oi fechou 2017 com 1,01 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 17,9% em relação a 2016. (*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2017.

Desempenho Econômico-Financeiro: A receita líquida consolidada foi de R\$ 19.946 milhões em 2017, um decréscimo de 4,0% em relação ao ano anterior. A TMAR

registrou EBITDA negativo de R\$ 1.054 milhões em 2017, um decréscimo de 134,2% no comparativo com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2017 com um prejuízo líquido de R\$ 4.334 milhões, representando um aumento no prejuízo da Companhia de 26,8% em relação a 2016.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança, com que distinguiram a nossa companhia, especialmente, em 2017.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	637.113	816.498	1.402.504	2.944.417
Aplicações financeiras	9	577	6.779	7.060	95.807
Instrumentos financeiros derivativos	-3		378.477		378.477
Contas a receber	10	3.304.807	3.362.097	3.737.154	6.384.176
Estoques		77.717	1.380	68.610	204.908
Tributos correntes a recuperar	11	143.314	357.590	170.256	647.126
Outros tributos	12	576.991	395.490	291.810	808.330
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	870.125	1.166.950	184.485	27.940
Depósitos e bloqueios judiciais	13	262.870	202.973	324.885	336.561
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			90	705
Demas ativos		1.321.728	1.069.057	816.436	1.414.817
		7.196.668	7.372.612	7.432.396	12.596.190
Não circulante					
Aplicações financeiras	9			84.729	165.218
Instrumentos financeiros derivativos	3		1.168.813		1.168.813
Ativo financeiro disponível para venda	3.1 (i)	89.198	64.044	103.500	64.044
Créditos com partes relacionadas	24	861.822	861.806	885.628	5.004.761
Tributos diferidos a recuperar	11		363.913		716.349
Outros tributos	12	315.814	415.183	322.296	442.369
Depósitos e bloqueios judiciais	13	2.862.370	2.785.719	2.933.892	3.936.743
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			3.774	3.813
Demas ativos		239.040	89.845	122.621	259.519
Investimentos	14	8.048.292	8.398.530	8.312.032	121.580
Imobilizado	15	12.408.303	11.872.581	11.729.055	21.007.535
Intangível	16	265.326	443.171	609.809	2.200.145
		25.090.485	24.930.879	26.551.559	33.627.833
Total do ativo		32.287.130	32.303.491	33.983.956	46.224.023
					46.043.489
					42.887.717
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		3.708.720	2.964.751	1.861.001	6.054.926
Salários, encargos sociais e benefícios		322.675	194.684	238.872	746.073
Empréstimos e financiamentos	17	11.045.059	10.230.530	2.259.612	13.013.574
Instrumentos financeiros derivativos	3			96.505	96.505
Tributos correntes a recolher	11	4.022	18.846	12.016	553.110
Outros tributos	12	286.287	316.416	327.100	738.438
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	849.136	849.097	850.559	849.136
Autorizações e concessões a pagar	18		55.804	20.306	77.421
Programa de refinanciamento fiscal	19	115.114	31.877	30.945	131.660
Provisões para fundos de pensão	23			55	301
Provisões	20	153.138	176.907	293.613	352.713
Demas obrigações	21	435.066	262.932	177.778	1.446.799
		16.921.217	15.103.844	6.150.601	24.512.790
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	3.884.642	3.517.061	11.415.590	9.344.851
Tributos diferidos a recolher	11	419.861	353.439	500.110	826.327
Outros tributos	12	355.727	338.714	327.377	828.150
Autorizações e concessões a pagar	18			604	4.073
Programa de refinanciamento fiscal	19	223.046	217.825	239.273	260.649
Provisões para fundos de pensão	23			330	33
Provisões	20	2.896.521	1.479.853	1.332.306	3.871.053
Demas obrigações	21	1.780.514	1.207.359	1.278.073	1.222.790
		9.550.311	7.114.247	14.592.619	16.034.527
Patrimônio líquido					
Capital social	22	11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092
Reservas de capital		255.807	1.667.378	1.667.378	1.667.378
Reservas de lucro			1.270.767	3.626.060	1.270.767
Ágio em transações de capital e variações de percentagem de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
Outros resultados abrangentes		8.568	6.854	(41.736)	8.568
Prejuízos acumulados		(6.018.885)	(4.429.711)	(3.581.078)	(6.018.885)
Participação dos não controladores	22	5.815.602	10.085.400	13.240.736	5.815.602
Total do patrimônio líquido		5.815.602	10.085.400	13.240.736	5.815.602
Total do passivo e patrimônio líquido		32.287.130	32.303.491	33.983.956	46.224.023

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo do exercício		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.333.855)	(3.417.447)
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"			86.872		86.872
Perda atuarial reflexa		(356)	(309)	(356)	(309)
Variação de participação de investimentos		1.949	(8.541)	1.949	(8.541)
Resultado abrangente antes dos impostos		(4.269.919)	(3.125.904)	(4.332.262)	(3.339.425)
Imposto de renda sobre resultados abrangentes			(29.537)		(29.537)
Contabilidade de "hedge"			105		105
Perda atuarial reflexa		121	105	121	105
Total do resultado abrangente do exercício		(4.269.798)	(3.155.336)	(4.332.141)	(3.368.857)
Resultado abrangente atribuído ao controlador		(4.269.798)	(3.155.336)	(4.269.798)	(3.155.336)
Resultado abrangente atribuído ao não controlador			(82.343)		(213.521)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas de vendas e/ou serviços					
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	2.696.270	2.528.084	19.946.302	20.767.012
Lucro bruto		813.581	1.607.434	6.635.887	6.992.260
Recursos (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	(201.739)	421.234	(1.091)	1.392
Despesas com vendas	5	(15.716.210)	(16,49.181)	(3,976.149)	(3,834.254)
Despesas gerais e administrativas	6	(814.918)	(999.699)	(2.175.965)	(2,432.095)
Outras receitas operacionais	6	1.020.621	918.790	1.650.272	1,267.753
Outras despesas operacionais	6	(5,266.590)	(1,015.802)	(7,144.103)	(3,020.446)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		(6,045.355)	(717.224)	(5,011.149)	(1,025.389)
Recursos financeiros	7	3,873.029	498.030	4,874.435	1,407.396
Despesas financeiras	7	(2,382.720)	(2,248.375)	(4,316.525)	(1,888.602)
Resultado financeiro		1,490.309	(1,750.345)	557.910	(481.206)
Prejuízo antes das tributações		(4,555.046)	(2,467.569)	(4,453.239)	(1,506.595)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(125.852)	(48.545)	(728.293)	(297.606)
Diferido	8	409.386	(687.812)	847.677	(1,513.246)
Prejuízo do exercício		283.534	(736.357)	119.384	(1,910.852)
Prejuízo atribuído aos controladores		(4,271.512)	(3,203.926)	(4,333.855)	(3,417.447)
Prejuízo atribuído aos não controladores		(4,271.512)	(3,203.926)	(4,271.512)	(3,203.926)
Prejuízo básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	20(i)	(12,40)	(9,30)	(12,40)	(9,30)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4,555.046)	(2,467.569)	(4,453.239)	(1,506.595)
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias		919.406	142.365	1,991.972	(786.546)
Depreciação e amortização		2,002.421	2,247.108	3,959.232	4,105.515
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		241.013	154.743	630.901	529.850
Provisões		4,508.315	536.977	4,810.183	817.383
Ajuste a valor presente (Nota 1 e 7)		(3,184.388)		(3,261.008)	
Provisão para fundos de pensão		23	130		101
Equivalência patrimonial		201.739	(421.234)	1.091	(1,392)
Perda na baixa de ativo permanente		171.490		184.721	
Taxa de Prorogatória do Contrato de Concessão - ANATEL		43.414	55.804	59.675	60.746
Participação de empréstimos e administradores		197.496	24.015	236.412	62.038
Operações de instrumentos financeiros derivativos			973.875		973.875
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas		(110.454)	(138.675)	(588.022)	(630.923)
Atualização monetária de provisões		284.920	301.961	500.274	383.145
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal		6.598	5.536	9.558	8.918
Dividendos prescritos			(1,479)		(1,479)
Outros		153.387	(53,410)	232.732	(62,204)
790.334		1,360.015	4,314.612	3,952.430	
Mutações patrimoniais					
Contas a receber		(183.725)	220.314	(201.991)	(495.275)
Estoques		(46.531)	29.360	108.672	(59,279)
Tributos		520.854	(309.984)	107.245	(230.048)
Aplicações financeiras mantidas para negociação		(4,105)	(223.624)	(536.660)	(1,490.729)
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação		47.718	290.216	727.304	1,506.465
Fornecedores		175.481	278.463	42.917	(1,080.782)
Salários, encargos sociais e benefícios		20.495	(68,203)	(46,674)	(96,853)
Provisões		(149.725)	(272.930)	(331.174)	(462.591)
Outras contas ativas e passivas		(75,500)	(106,333)	14.984	1,065.159
261.942		(162,721)	(115,377)	(1,343.421)	
Encargos financeiros pagos		(90,621)	(404,344)	(76,929)	(889,350)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa		(47,679)	(38,759)	(266,161)	(197,790)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros		(126,152)	(124,500)	(192,736)	(172,216)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		1,060.078	1.183		
795.264		(566,440)	(535,826)	(1,259,356)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		1,847.900	630,854	3,663,409	1,349,653
Atividades de investimentos					
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(1,948.973)	(1,409.608)	(3,568.085)	(2,579.607)

—☆— continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-75

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores										Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Reservas de capital					Reservas de lucro							
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Especial Lei nº 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Agio em transações de capital e variações de percentagens de participações	Outros resultados abrangentes			
Em 1 de janeiro de 2016 (anteriormente apresentado)	11.661.092		627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860		(90.980)	(41.736)	16.821.814		16.821.814
Ajustes								(3.581.078)			(3.581.078)	(17.169)	(3.598.247)
Em 1 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	13.240.736	(17.169)	13.223.567
Aumento de capital em contrapartida												154.137	154.137
Ganho de contabilidade de "hedge"										57.335	57.335		57.335
Perda atuarial reflexa										(204)	(204)		(204)
Variação de participação de investimentos										(8.541)	(8.541)		(8.541)
Prejuízo do exercício								(3.203.926)			(3.203.926)	(213.521)	(3.417.447)
Realização de reserva de investimentos							(2.355.293)	2.355.293					
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	1.004.567	(4.429.711)	(90.980)	8.554	10.085.400	(76.553)	10.008.847
Perda atuarial reflexa										(235)	(235)		(235)
Variação de participação de investimentos										1.949	1.949		1.949
Prejuízo do exercício								(4.271.512)			(4.271.512)	(62.343)	(4.333.855)
Realização de reserva de ágio na subscrição de ações		(1.038.525)											
Realização de reserva de doações e subvenções			(373.046)					1.038.525					
Realização de reserva legal					(245.441)			373.046					
Realização de reserva de incentivos fiscais								245.441					
Realização de reserva de investimentos						(20.759)		20.759					
Realização de reserva de investimentos							(1.004.567)	1.004.567					
	11.661.092		254.136	1.671				(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.602	(138.896)	5.676.706
	11.661.092			255.807				(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.602	(138.896)	5.676.706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

[illegible][illegible]

continuidade das operações: As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no contexto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas OJ. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 28 de março de 2017, e pelo voto favorável da maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores realizada em 30 de março de 2017 publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calandário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Adicionalmente o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de recuperação judicial em 28 de março de 2017, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações, com contratos permanentes válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no PRJ. Além disso, foi contratado um avaliador independente para emitir laudo de avaliação da viabilidade econômico-financeira das empresas recuperandas no âmbito do PRJ, em consonância com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial, e com o disposto no artigo 11º, inciso II, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Princípios contábeis: A Companhia, durante, em última análise, do âmbito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas OJ. Até o momento, conforme referido em manifestação protocolada nos autos da RJ em 10 de abril de 2018 por "Bondholders" qualificadas que já optaram pela conversão dos seus créditos em ações da Companhia na forma da Cláusula 4.3.3.2 do PRJ, não houve qualquer alteração nos princípios contábeis adotados pela Companhia, os quais continuam sendo aplicados satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitos no âmbito do processo de recuperação judicial. Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas OJ de continuarem operando normalmente. A Companhia não possui qualquer garantia de que os resultados operacionais e financeiros possam ser satisfatórios no futuro.

Ativo líquido: O total do patrimônio líquido e o de R\$ 5.676.706 (R\$ 5.815.602 na controladora), o prejuízo líquido do exercício e de RS 239.233 (R\$ 233.855 (R\$ 2.715.512 na controladora) e o capital circulante líquido negativo e de R\$ 1.916.600 (R\$ 1.724.552 na controladora).

Passivo líquido: Em 31 de dezembro de 2016, o total do patrimônio líquido representado e de R\$ 10.008.847 (R\$ 10.085.400 na controladora), o prejuízo líquido do exercício e de R\$ 1.916.600 (R\$ 1.724.552 na controladora), o capital circulante líquido negativo e de R\$ 1.916.600 (R\$ 1.724.552 na controladora).

Representação e: de R\$ 8.716.424 (R\$ 7.733.232 na controladora), vide Nota 27. **PRINCIPAIS POLÍTIAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e pelas controladoras.

(a) Base de elaboração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra maneira. A Companhia utiliza o método de custo histórico para determinar o valor de seus ativos e passivos, exceto quando indicado de outra maneira. A Companhia utiliza o método de custo histórico para determinar o valor de seus ativos e passivos, exceto quando indicado de outra maneira.

(b) Representação dos valores referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – "International Financial Reporting Standards", emitidas pelo Conselho de Normas Contábeis da União Europeia, e aprovadas pelo Conselho de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2017, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras da 31 de dezembro de 2016. Os ativos e passivos da Companhia e/ou controladoras consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos princípios contábeis adotados, podem diferir dos saldos apresentados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os procedimentos adotados pela Companhia e/ou controladoras para a elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e/ou controladoras consolidadas nos saldos das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2017 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da dívida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016. (c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências. Com o cancelamento da recuperação judicial, a Companhia atualizou o balanço patrimonial e o balanço de resultados, incluindo a baixa de depósitos judiciais e o aumento de provisões para contingências. Tal revisão foi possível através de uma cobrança de forma mais efetiva de extratos junto dos bancos credores da RJ e que são detentores dos depósitos judiciais, digitalização de processos e possibilidade de uso de ferramenta informatizada nos sites dos Tribunais de Justiça, suspensão de créditos judiciais que restringiu a realização de novos depósitos e bloqueios e redução do número de entrada de novos processos judiciais. Neste contexto a Companhia criou grupos internos interdisciplinares e contratou consultorias externas independentes para auxiliar na revisão dos controles e processos, incluindo reconciliações sobre os saldos de depósitos judiciais. Deste trabalho e em virtude do encerramento de processos e consequente expedição de alvará judicial para levantamento, resultou a necessidade de baixar os saldos de depósitos judiciais levantados em anos anteriores pelo autor, que não eram do conhecimento da Companhia até este momento ou não estavam disponíveis todos os elementos para a correspondente conclusão de eventual ajuste. Adicionalmente, em função da alteração das premissas estatísticas baseadas no histórico de encerramento de processos foi necessário aumentar as provisões para contingências de natureza civil e trabalhista existentes à época. (Nota 20). Com o objetivo de correção de erro, a Companhia em 1 de janeiro de 2016, reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 968 milhões (R\$ 877 milhões na controladora) e R\$ 37 milhões (R\$ 36 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 491 milhões (R\$ 499 milhões na controladora) e R\$ 35 milhões (R\$ 50 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 456 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetária sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências. (d) Realização de créditos tributários. A Companhia realizou procedimentos adicionais para a obtenção de suportes e conciliação de saldos entre empresas do grupo, tendo concluído pela necessidade de reconhecimento de passivos e baixa de contas a receber nas demonstrações financeiras. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa de contas a receber de R\$ 176 milhões (R\$ 146 milhões na controladora), e aumento de fornecedores em R\$ 186 milhões (R\$ 1 milhão na controladora). (e) Realização de Créditos Tributários. A Companhia identificou, nas correspondentes atas bases, que o saldo de tributos diretos e indiretos a recuperar incluía valores prescritos ou sem documentação suficiente para a contestação junto das autoridades competentes. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia registrou em 1 de janeiro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis, reconhecidos nas rubricas tributos e custos sobre os serviços prestados. Verificou-se que a Companhia não usou na estimativa de 1 de janeiro de 2016 a receita por serviços prestados e não liquidados a informação mais atual existente na época. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa parcial do saldo da provisão para receita não liquidada em R\$ 160 milhões (R\$ 39 milhões na controladora). (g) Conciliação de contas a receber. A Companhia reconciliou para a data-base de 31 de dezembro de 2016 a informação sobre os serviços prestados, as notas fiscais emitidas e os registros contábeis da subsidiária Brasil Telecom Multimídia S.A., tendo identificado a necessidade de proceder à baixa de saldos contábeis de contas a receber pela sua não realização à época. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2016 a baixa de contas a receber em R\$ 86 milhões (sem efeito direto na controladora), com igual efeito no resultado líquido de 2016. (h) Aquisição da Rede Conecta - realização do preço de compra. A Companhia reconheceu, conforme requerimentos do CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios, ajustes retroativos aos valores provisórios de ativos e passivos da adquirida Rede Conecta, registrados a valor justo, para refletir novas informações sobre fatos e circunstâncias relacionadas a contingências e depósitos judiciais já existentes na data de aquisição. A Companhia reconheceu a essa data os efeitos da alteração dos ajustes retroativos de alocação do preço de compra, incluindo a baixa de depósitos judiciais já levantados pelas autoridades (ver ajuste (c)) em R\$ 177 milhões (R\$ 169 milhões na controladora) e o aumento da provisão para contingências em R\$ 203 milhões, tendo dessa forma concluído o processo de alocação do preço de compra. O registro da remuneração dos ajustes a valor de mercado dos ativos e passivos aumentou o ágio registrado inicialmente. A alocação do preço de compra provisória da aquisição da Rede Conecta registrada em 31 de dezembro de 2016 e a alocação do preço de compra definitiva e corrigida retroativamente é como segue:

	2016	Remuneração	Alocação Final
Ativo circulante	234.961	(14.991)	219.970
Ativo não circulante	218.858	(17.706)	41.842
Ativo total	453.819	(192.007)	261.812
Passivo circulante	665.907	203.296	869.173
Passivo não circulante	303.998		303.998
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)	(911.359)
Passivo total	453.819	(192.007)	(607.361)
Valor de aquisição			
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)	(911.359)

(f2) Realização do ágio da Rede Conecta da Telemar. Com o objetivo de correção de erro, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia, de forma consistente com o assunto mencionado no ajuste (a), reconheceu uma perda no valor recuperável do ágio calculado, nos termos do CPC 15 (IFRS 3), no âmbito da alocação do preço de compra da adquirida Rede Conecta da Telemar no montante de R\$ 937 milhões. (i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes. Com-se a equivalência patrimonial reflexa sobre os ajustes provenientes de controladas decorrentes dos assuntos acima descritos. Em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica de investimentos foi reduzida em R\$ 1.255 milhões e R\$ 2.377 milhões, respectivamente e o resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.122 milhões. Os efeitos dos referidos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo:

	Saldo originalmente apresentado em 01/01/2016	Ajustes	Saldo representado em 01/01/2016	Saldo originalmente apresentado em 01/01/2016	Ajustes	Saldo representado em 01/01/2016
Ativo circulante	775.966	(314.589)	461.377	1.053.403	(513.430)	539.973
Contas a receber (d) (f)	3.921.881	(184.707)	3.737.174	3.982.060	(336.458)	3.645.602
Tributos correntes a recuperar (b)	185.976	4.280	190.256	522.396	21.622	544.018
Outros tributos (e)	419.953	(138.142)	281.811	712.383	(198.994)	513.389
Outros ativos	3.243.176		4.836.564	4.836.564		4.836.564
Ativo não circulante	29.910.577	(3.359.018)	26.551.559	33.283.209	(2.935.065)	30.348.144
Tributos diferidos a recuperar (a) (b)	1.547.687	(1.183.774)	363.913	2.400.949	(1.684.600)	716.349
Depósitos e bloqueios judiciais (c)	3.810.900	(877.008)	2.933.892	4.692.209	(968.114)	3.724.179
Investimento (i)	9.567.099	(1.255.067)	8.312.032	140.817		140.817
Intangível (g)	629.809		629.809	3.057.226	(239.182)	2.818.044
Outros ativos (d) (e)	14.375.082	(43.169)	14.331.913	22.991.922	(43.169)	22.948.753
Ativo total	37.661.543	(3.677.587)	33.983.956	46.336.612	(3.448.895)	42.887.717
Passivo circulante	6.149.118	1.483	6.150.601	12.526.613	186.193	12.712.806
Fornecedores (d)	1.860.118	1.483	1.861.601	4.995.973	186.193	5.182.166
Outros passivos	4.289.000		4.289.000	7.530.640		7.530.640
Passivo não circulante	14.690.611	(97.992)	14.592.619	16.986.185	(36.841)	16.949.344
Provisões (c)	1.430.298	(97.992)	1.332.306	1.605.641	(36.841)	1.568.800
Outros passivos	13.260.313		13.260.313	15.382.544		15.382.544
Patrimônio líquido	16.821.814	(3.581.078)	13.240.736	16.821.814	(3.581.078)	13.240.736
Prejuízo do exercício		(3.581.078)			(3.581.078)	
Outros	16.821.814		16.821.814	16.821.814		16.821.814
Participação dos não controladores						
Passivo total	37.661.543	(3.677.587)	33.983.956	46.336.612	(3.448.895)	42.887.717

	Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	Ajustes retroativos a 2015	Ajustes 2016	Saldo representado em 31/12/2016	Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	Ajustes retroativos a 2015	Ajustes 2016	Saldo representado em 31/12/2016
Ativo circulante	767.544	(138.569)	1.637	737.612	14.073.681	(513.630)	(83.963)	13.475.888
Contas a receber (d) (f)	3.546.804	(184.707)		3.362.097	723.850	(336.458)	(86.465)	6.810.927
Tributos correntes a recuperar (b)	339.529	4.280	13.781	357.590	745.914	21.622	32.865	800.391
Outros tributos (e)	535.776	(138.142)	(2.144)	395.490	892.217	(198.994)	(15.300)	677.883
Outros ativos (h)	3.257.435			3.257.435	5.201.700		(14.993)	5.186.707
Ativo não circulante	28.846.991	(3.359.018)	(567.094)	24.920.879	35.446.180	(2.935.065)	56.446	32.567.601
Tributos diferidos a recuperar (a) (b)	119.989	(1.183.774)	1.063.785		418.200	(1.684.600)	1.266.400	
Depósitos e bloqueios judiciais (c) (h)	4.181.342	(877.008)	(486.615)	2.785.719	5.329.309	(968.114)	(667.784)	3.693.411
Investimentos (i)	10.775.801	(1.255.067)	(1.222.264)	8.308.530	121.580			121.580
Intangível (g) (h) (i) (j)	443.171			443.171	3.292.804	(239.182)	(542.130)	2.511.492
Outros ativos (d)	13.346.628	(43.169)		13.303.459	26.284.287	(43.169)		26.241.118
Ativo total	36.526.535	(3.677.587)	(545.457)	32.303.491	49.519.861	(3.448.895)	(274.777)	46.043.489
Passivo circulante	15.102.361	1.483		15.103.844	22.006.119	186.193		22.192.312
Fornecedores (d)	2.963.268	1.483		2.964.751	5.468.899	186.193		5.655.092
Outros passivos (b) (c)	12.139.093			12.139.093	16.537.220			16.537.220
Passivo não circulante	6.909.063	(97.992)	303.176	7.114.247	12.883.399	(36.841)	995.232	13.842.330
Tributos diferidos a receber (a) (b)			353.435	353.435			826.327	826.327
Depósitos e bloqueios judiciais (c) (h)			147.853	147.853			188.905	2.308.547
Outros passivos	5.280.959			5.280.959	10.707.656			10.707.656
Patrimônio líquido	14.515.111	(3.581.078)	(848.633)	10.085.400	14.515.111	(3.581.078)	(848.633)	10.085.400
Prejuízo acumulados		(3.581.078)				(3.581.078)		
Prejuízo do exercício			(848.633)	(848.633)			(848.633)	
Outros	14.515.111			14.515.111	14.515.111			14.515.111
Participação dos não controladores								
Passivo total	36.526.535	(3.677.587)	(545.457)	32.303.491	49.519.861	(3.448.895)	(274.777)	46.043.489

Conciliação do Patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1 de janeiro de 2016	16.821.814	16.821.814
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração	(1.179.493)	(1.179.493)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(779.017)	(931.275)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(147.153)	(363.040)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(181.313)	(242.165)
(e) Realização de Créditos Tributários	(39.036)	(159.609)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não liquidados	(1.255.066)	
(g) Equivalência patrimonial sobre os ajustes		(13.240.736)
Patrimônio líquido representado em 1 de janeiro de 2016	13.240.736	13.240.736

Os ajustes procedidos no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados (ajustes de exercícios anteriores em 1 de janeiro de 2016) e resultado do exercício nos montantes de R\$ 3.596.247 e R\$ 1.022.709, respectivamente.

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2016	14.515.111	14.529.803
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração	(455.362)	(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(1.227.373)	(1.190.049)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(147.153)	(363.040)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(183.457)	(242.165)
(e) Realização de Créditos Tributários	(39.034)	(159.609)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não liquidados		(86.468)
(g) Equivalência patrimonial sobre os ajustes		(937.403)
Patrimônio líquido representado em 31 de dezembro de 2016	10.085.400	10.085.400

Os ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados (ajustes de exercícios anteriores em 1 de janeiro de 2016) e resultado do exercício nos montantes de R\$ 3.596.247 e R\$ 1.022.709, respectivamente.

	Controladora	Consolidado
Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	(b)	(c)
Recita de venda de bens e/ou serviços	(b)	(c)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.690.650)	(7.690.650)
Resultado bruto	1.607.344	1.607.344
Despesas/Receitas operacionais (a)	(936.928)	(263.322)
Resultado de equivalência patrimonial	1.392	(1.122.264)
Despesas com vendas	(1.649.181)	(1.122.264)
Despesas gerais e administrativas	(999.699)	(1.122.264)
Outras receitas operacionais	918.790	(1.122.264)
Outras despesas operacionais	(750.336)	(1.122.264)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	670.506	(263.322)
Resultado financeiro	(1.565.312)	(1.122.264)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(894.806)	(448.355)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.460.487)	(2.144)
Prejuízo do exercício	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Saldo representado em 31/12/2016	(b)	(c)
Recita de venda de bens e/ou serviços	(b)	(c)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.690.650)	(7.690.650)
Resultado bruto	1.607.344	1.607.344
Despesas/Receitas operacionais (a)	(936.928)	(263.322)
Resultado de equivalência patrimonial	1.392	(1.122.264)
Despesas com vendas	(1.649.181)	(1.122.264)
Despesas gerais e administrativas	(999.699)	(1.122.264)
Outras receitas operacionais	918.790	(1.122.264)
Outras despesas operacionais	(750.336)	(1.122.264)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	670.506	(263.322)
Resultado financeiro	(1.565.312)	(1.122.264)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(894.806)	(448.355)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.460.487)	(2.144)
Prejuízo do exercício	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)

	Controladora	Consolidado
Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)	(2.144)
Saldo representado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)	(2.144)
Saldo representado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)	(2.144)

	Controladora	Consolidado
Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)	(2.144)
Saldo representado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)	(2.144)

	Controladora	Consolidado
Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)	(2.144)
Saldo representado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)	(2.144)

	Controladora	Consolidado
Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	(b)	(c)
Prejuízo do exercício	(b)	(c)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	(2.144)

CNPJ 33.000.118/0001-79

[illegible]

continuação

TELEMAN NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviços devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tempo no fluxo de caixa da Companhia. A Companhia não identificou impacto financeiro significativo, em 1 de janeiro de 2016, para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser relevante no universo das receitas da Companhia. Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço: A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato, e não restituível, e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ele, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato. A Companhia e suas controladas reconhecem, em 1 de janeiro de 2016, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 615 milhões (na controladora). Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato: A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve avaliar certos custos que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento dos custos incorridos no cumprimento do contrato que será reconhecido ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"), no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões (R\$ 69 milhões na controladora). A Companhia pretende aplicar a abordagem do método retrospectivo modificado, isto é, sem a regulação dos valores comparativos do ano anterior e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2016. A norma também exige a classificação de rendimentos entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17 / CPC 06, demandando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos financeiros resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados, podendo ficar de fora do escopo da norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018 e substitui o CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor-padrão a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseado no menor nível de "input" significativamente para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia: Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possui ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou métodos similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia e suas controladas procederão a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não incluir, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos registrados nos tabelas anteriores foram reclassificados em função do seu valor justo (Nota 27). Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2016 são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	73.462	73.462	168.184
Equivalentes de caixa	Valor justo	563.651	563.651	2.776.233
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	91.789
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.304.807	3.304.807	6.384.176
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.186.125	1.186.125	5.805.685
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	870.125	870.125	27.940
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	89.198	89.198	89.198
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	89.198	89.198	89.198
Passivo				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	3.708.720	3.708.720	6.654.926
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	14.871.577	14.871.577	22.300.321
Debêntures	Custo amortizado	58.124	58.124	58.124
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	849.136	849.136	849.136
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	20.910	20.910	20.910
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	338.160	338.160	392.309
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	338.160	338.160	392.309
	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)
Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	77.024	77.024	122.137
Equivalentes de caixa	Valor justo	739.474	739.474	2.776.233
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	260.725
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.362.097	3.362.097	6.810.927
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.075.671	1.075.671	5.218.626
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.037.281	1.037.281	27.940
Dividendos e juros sobre capital próprio	Valor justo	89.198	89.198	89.198
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	89.198	89.198	89.198
Passivo				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.964.751	2.964.751	5.655.092
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.694.354	13.694.354	19.886.317
Debêntures	Custo amortizado	53.237	53.237	53.237
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	849.097	849.097	849.097
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	55.804	55.804	81.494
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	249.702	249.702	314.172
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	249.702	249.702	314.172
	Controladora		Consolidado	
	01/01/2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	195.166	195.166	303.754
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.307.238	1.307.238	1.968.468
Aplicações financeiras	Valor justo	67.779	67.779	242.054
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.737.154	3.737.154	6.645.602
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	963.702	963.702	5.438.938
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.547.290	1.547.290	1.547.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	184.485	184.485	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	103.500	103.500	103.500
Passivo				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.861.601	1.861.601	5.182.166
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.625.179	13.625.179	15.381.781
Debêntures	Custo amortizado	50.023	50.023	50.023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	98.505	98.505	98.505
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	850.559	850.559	850.559
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	918.537	918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	270.218	270.218	315.434

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, no dia 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo OI, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os valores registrados nas tabelas anteriores devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do PRJ, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação, vide Nota 1. Desta forma, para o fechamento do exercício de 2017: (i) Corresponde a 10% de participação acionária na Phard SGPS S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Phard no montante de R\$ 25.154 (2016 - R\$ 39.456 e 01/01/2016 - R\$ 146.601), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 16.602 (2016 - R\$ 26.041 e 01/01/2016 - R\$ 96.756). (ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo. (iii) Para o exercício encerrado em 2017, parte substancial desse saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - em nome da Companhia, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil. No ano-calendário de 2018, alguns dos passivos registrados serão contabilizados pelo seu valor justo de acordo com os termos e condições do PRJ. (iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores em dezembro de 2017 têm seus vencimentos em curto prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do PRJ, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, terão seus créditos recebidos em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberão o saldo remanescente em quatro parcelas anuais. O reconhecimento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e 1 de janeiro de 2016, são detalhados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Hierarquia do valor justo	Valor justo 2017	Valor justo 2016	Valor justo 2016	Valor justo 2017	Valor justo 2016	Valor justo 2016	
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Ativos								
Caixa e contas bancárias	Nível 1	73.462	77.024	195.166	168.184	122.137	303.754	
Equivalentes de caixa	Nível 2	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233	2.894.032	1.968.468	
Aplicações financeiras	Nível 2	577	577	67.779	91.789	260.725	242.054	
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2			1.547.290		1.547.290	1.547.290	
Ativos mantidos para venda	Nível 3	89.198	64.044	103.500	89.198	64.044	103.500	
Passivos								
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2			98.505			98.505	
Não ocorreram transferências entre níveis no exercício de 31 de dezembro de 2017, de 2016 e 1 de janeiro de 2016. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação de dívida, a Companhia reverteu a totalidade das operações de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas procederão a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber: (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares"). Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando não, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte. (b) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes. As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).								
	Controladora		Consolidado					
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)				
Ganho (perda) com "swap" cambial		(822.039)		(822.039)				
Operações de termo em moedas		(152.265)		(152.265)				
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros		429		429				
Total		(973.875)		(973.875)				
Fica à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira em 2017, não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge" registradas em outros resultados abrangentes. 3.2. Administração do risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos contidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certos riscos expostos a estes riscos. O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo OI. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre de 2016, até ser liquidado em sua totalidade em julho do mesmo ano. 3.2.1. Risco de mercado: (a) Risco de taxa de câmbio: Ativos financeiros: A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar o valor dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 40,0% (2016 – 41,2% e 01/01/2016 – 49,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):								
	Controladora		Consolidado					
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)				
Valor contábil	5.195.481	5.195.481	4.932.287	4.932.287				
Valor justo			11.699.390	11.699.390				
			2.571	2.571				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)								
Instrumentos financeiros derivativos								
	Controladora		Consolidado					
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)				
Valor contábil	12.010.159	12.010.159	10.525.739	10.525.739				
Valor justo			13.192.748	13.192.748				
			2.571	2.571				
Análise de sensibilidade de risco cambial: Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajustamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. Os credores sujeitos a renegociação, condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores foram suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e de principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito da análise de sensibilidade, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2017. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:								
Descrição	2017		Taxa		Desvalorização			
	Cenário Provável	Cenário Remoto	3,3080	0%				
Dólar			3,3080 <td>0%</td>	0%				
Cenário Provável			4,1350 <td>25%</td>	25%				
Dólar			4,1350 <td>25%</td>	25%				
Cenário Remoto			4,9616 <td>50%</td>	50%				
Dólar			4,9616 <td>50%</td>	50%				
Os cenários de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):								
Descrição	Controladora		Consolidado		Cenário Remoto			
	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	4.789.593	5.986.991	7.184.399	4.789.593	5.986.991	7.184.399		
Caixa em Dólar	(194)	(1.143)	(1.371)	(2.003)	(2.504)	(3.005)		
Dívidas em Euro	(499)	(624)	(748)	(499)	(624)	(748)		
Total Ativo/Passivo atrelado ao câmbio	4.788.180	5.985.224	7.182.270	4.787.091	5.983.863	7.180.636		
Total (ganho) perda		1.197.044		2.394.090		1.196.772		
(b) Risco de taxa de juros: Ativos financeiros: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda estrangeira em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em Euros e em Dólares. Os instrumentos financeiros em moeda câmbio são mantidos, basicamente, em depósitos à vista em								

-continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Condição do sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo de aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito da referida instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a TJLP manteve-se estável em 75% a.a. durante todo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. A partir de 1 de abril de 2017, a TJLP reduziu para 70% a.a., mantendo-se neste patamar até 31 de dezembro de 2017. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução desta taxa, desta vez para 6,75% a.a.

2017								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M
6,89%	7,00%	1,6371%	8,61%	8,75%	2,2963%	10,34%	10,50%	2,7556%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	2017		2016	
	Provável	Remoto	Provável	Remoto

Descrição	2017		2016	
	Provável	Remoto	Provável	Remoto
Dívidas em CDI	399.868	417.592	435.151	399.868
Dívidas em TJLP	656.103	820.130	984.156	411.634
Dívidas em US\$ LIBOR	374.109	403.995	433.880	374.109
Total Ativo/Passivo atrelado a taxa de juros	1.430.080	1.641.717	1.853.187	1.185.611
Total (ganho) perda	211.637	423.107	150.519	300.872

3.2.2. Risco de crédito: A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provida para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 95,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano. **3.2.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede. Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita bruta de vendas e/ou serviços	11.196.163	13.761.473	30.544.804	33.270.025
Deduções da receita bruta	(3.499.893)	(4.463.389)	(10.648.502)	(12.903.913)
Tributos	(2.699.460)	(2.864.301)	(6.127.168)	(6.115.655)
Outras deduções	(800.433)	(1.599.088)	(4.521.334)	(6.388.258)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.696.270	9.298.084	19.946.302	20.767.012

5. DESPESAS POR NATUREZA

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Serviços de terceiros	(1.944.930)	(2.163.961)	(6.401.658)	(5.425.032)
Depreciação e amortização	(2.002.421)	(2.247.106)	(3.959.232)	(4.105.515)
Aluguéis e seguros	(1.571.036)	(1.732.951)	(3.737.975)	(3.895.661)
Pessoal	(678.982)	(767.573)	(2.511.945)	(2.481.759)
Serviço de manutenção da rede	(1.760.109)	(1.635.338)	(924.310)	(1.071.219)
Interconexão	(692.581)	(1.252.775)	(718.789)	(1.004.854)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(241.013)	(154.743)	(630.301)	(529.856)
FISTEL	(12.448)	(18.610)	(568.300)	(653.877)
Publicidade e propaganda	(163.567)	(192.893)	(335.303)	(341.401)
Matérias	(134.758)	(94.660)	(322.700)	(157.639)
Custos de aparelhos e outros			(214.049)	(252.194)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(43.414)	(55.804)	(59.675)	(60.746)
Outros custos e despesas	(28.558)	(23.116)	(77.092)	(61.358)
Total	(9.273.817)	(10.339.530)	(19.462.229)	(20.041.101)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(6.882.689)	(7.690.650)	(13.310.415)	(13.774.752)
Despesas com vendas	(1.576.210)	(1.649.181)	(3.976.149)	(3.834.254)
Despesas gerais e administrativas	(814.918)	(999.699)	(2.175.965)	(2.432.095)
Total	(9.273.817)	(10.339.530)	(19.462.229)	(20.041.101)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	238.010	156.425	672.781	270.183
Avgul de infraestrutura operacional e outros	587.168	820.458	641.711	553.005
Multas	64.482	70.883	116.436	112.656
Serviços técnicos e administrativos	18.417	26.059	33.907	33.907
Receita na alienação de bens	48	130.936	11	133.988
Outras receitas	112.396	14.029	193.056	164.014
Total	1.020.521	918.790	1.650.272	1.267.753
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões	(4.508.315)	(536.977)	(4.810.183)	(1.754.786)
Tributos	(393.128)	(328.345)	(1.274.785)	(752.511)
Participação de empregados e administradores	(107.496)	(24.015)	(236.412)	(62.036)
Baixa de imobilizado	(115.241)	(26.128)	(118.797)	(45.080)
Multas	(73.001)	(13.902)	(103.326)	(42.672)
Descontos concedidos	(2.307)	(3.523)	(4.557)	(4.853)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos	(23)		(130)	(101)
Outras despesas	(973.979)	(172.912)	(586.911)	(358.406)
Total	(5.296.590)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)

7. RESULTADO FINANCEIRO

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Recursos financeiros				
Ajuste a valor presente (i)	3.184.388		3.261.008	
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	494.548	268.277	610.934	472.595
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	112.742	141.460	589.144	632.582
Rendimentos de aplicações financeiras	68.746	46.569	297.328	222.984
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	81	(6.638)	550	(5.877)
Dividendos recebidos		10.305		10.305
Outras receitas	12.724	38.197	115.471	74.807
Total	3.873.029	498.030	4.874.435	1.407.296
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(458.846)	(398.847)	(1.620.116)	547.382
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(669.331)	(788.496)	(844.389)	(934.189)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(67.241)	923.125	(67.525)	921.800
Juros sobre debêntures	(4.886)	(3.214)	(4.886)	(3.214)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(973.875)			(973.875)
Sub-total:	(1.200.304)	(1.241.307)	(2.536.916)	(442.096)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(536.633)	(256.291)	(669.845)	(390.165)
Imposto sobre rendimentos e encargos bancários	(177.911)	(244.540)	(362.263)	(417.080)
Atualização monetária de provisões	(284.920)	(301.961)	(500.274)	(383.145)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(6.598)	(5.536)	(9.558)	(8.918)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	25.154	(39.456)	24.234	(29.921)
Outras despesas	(201.508)	(159.284)	(261.903)	(207.277)
Sub-total:	(1.182.416)	(1.007.068)	(1.779.609)	(1.446.506)
Total	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)
Resultado financeiro	1.490.309	(1.750.345)	557.910	(481.306)

(i) Refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas

de pagamento previstas no PFL (Nota 20). (ii) Vide Nota 3.1 item (ii). **8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO:** Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(125.852)	(48.545)	(728.293)	(397.606)
Tributos diferidos	409.386	(68.781)	847.677	(1.513.246)
Total	283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo antes das tributações	(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.595)
IRPJ e CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.548.716	838.973	1.514.101	512.242
Equivalência patrimonial	(68.591)	143.220	(371)	473
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(25.241)	(167.110)		
Efeitos de Taxas de Impostos diferendados (ii)		907	13.435	18.608
Adições permanentes (ii)	(403.801)	560.552	(459.657)	(124.326)
Provisão para perdas de créditos fiscais diferendados (iii)	(767.999)	(2.112.989)	(688.733)	(2.112.989)
Ativo fiscal diferido não constituído (iv)			(258.597)	(203.595)
Efeitos de Taxas de Impostos diferendados (v)				(794)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controlada El Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. (ii) Os principais itens de efeitos tributários de adições permanentes em 2017 e 2016 são: multas indevidáveis, patrocinadas e doações indevidáveis, receitas, prescrição de dividendos, baixa de créditos fiscais não recuperáveis e contingências ANATEL.

(iii) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferendados (Nota 11). (iv) Refere-se a ajustes aos ativos fiscais diferendados em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa. (v) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e em 1 de janeiro de 2018, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e contas bancárias	73.462	77.024	196.166	168.184
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233
Total	637.113	816.498	1.402.504	2.944.417

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Operações comprometidas	520.679	627.141	331.635	2.692.168
Depósito Bancário	42.017	111.070	104.798	81.093
"Time Deposits"	914	1.215	749.415	914
Outros	41	48	21.490	2.058
Total	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233

(b) Aplicações financeiras

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Títulos privados				
Títulos públicos	577	6.293	7.060	95.507
Outros		61.486		61.487
Aplicações financeiras	577	67.779	91.789	260.725
Total	577	77.779	7.060	156.232

10. CONTAS A RECEBER

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Serviços facturados	3.464.200	3.394.933	3.792.779	6.226.710
Serviços a futuro	304.391	303.160	290.865	303.067
Aparelhos e acessórios vendidos			624.138	838.304
Subtotal:	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(463.784)	(335.996)	(345.790)	(769.739)
Total	3.304.807	3.362.097	3.737.154	6.384.176

Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 24. A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

2017	2016		2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
A vencer	2.869.523	2.768.745	3.251.500	5.117.642
Vencidas até 60 dias	383.547	495.451	431.038	683.800
Vencidas de 61 a 90 dias	68.876	82.129	107.383	139.431
Vencidas de 91 a 120 dias	42.809	85.334	56.232	96.964
Vencidas de 121 a 180 dias	59.688	50.899	68.390	100.230
Vencidas acima de 180 dias	355.948	235.544	208.900	104.788
Total	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915

As movimentações de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

2017

- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora				Consolidada			
	Saldo em 2016 (Reapresentado)	Reconhecido em 2016 IR/CS diferido	Adições/Compensações	Transferências	Saldo em 2016 (Reapresentado)	Reconhecido em 2016 IR/CS diferido	Adições/Compensações	Saldo em 2017
Impostos diferidos ativos com relação a:								
Diferenças temporárias								
Provisão para participação nos lucros	25.283	(17.118)			8.165	30.396		38.561
Provisões	384.940	26.114			411.054	173.621		584.675
Perdas estimadas para créditos de liquidações duvidosa	465.205	13.629			478.834	32.666		511.500
Variações cambiais	199.447	79.432			278.879	55.161		334.040
Outras adições/exclusões temporárias - Ativo	210.086	(514.566)		504.907	200.427	65.990		266.417
Juros da dívida		203.472			203.472	341.138		544.610
Contabilidade de "hedging"	29.537		(29.537)					
Outras adições/exclusões temporárias - Passivo	(315.015)			315.015				
Provisão para perda	(1.314.498)	(266.333)			(1.580.831)	(698.972)		(2.279.803)
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(315.015)	(475.370)	(29.537)	819.922				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL								
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.729.877	460.066			2.189.943	544.830	(475.812)	2.258.970
Provisão para perda	(1.050.949)	(1.138.994)			(2.189.943)	(699.027)		(2.258.970)
Subtotal tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	678.928	(678.928)	(29.537)	819.922	475.812	(475.812)		
Total imposto diferido ativo	363.913	(1.154.298)	(29.537)	819.922	475.812	(475.812)		
Tributos diferidos passivos								
Diferenças temporárias e IR e CS (ii)		466.486	(819.921)	(353.435)	(66.426)			(419.961)
Total de tributos diferidos passivo		466.486	(819.921)	(353.435)	(66.426)			(419.961)

	Controladora				Consolidada			
	Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	Reconhecido em 2016 IR/CS diferido	Reconhecido em 2016 IR/CS líquido	Transferências	Saldo em 2016 (Reapresentado)	Reconhecido em 2016 IR/CS diferido	Reconhecido em 2016 IR/CS líquido	Saldo em 2017
Impostos diferidos ativos com relação a:								
Diferenças temporárias								
Provisão para participação nos lucros	100.495	15.937			116.432	(30.015)		86.417
Provisões	40.376	(22.273)			18.103	61.853		79.956
Perdas estimadas para créditos de liquidações duvidosa	462.335	41.263			503.598	331.361		834.959
Variações cambiais	537.404	5.996			543.400	37.426		580.826
Outras adições/exclusões temporárias - Ativo	199.447	(311.826)			(112.379)	446.419		334.040
Juros da dívida		(208.557)		1.180.467	971.910	(486.224)		485.686
Contabilidade de "hedging"	29.537		(29.537)		203.472	341.138		544.610
Outras adições/exclusões temporárias - Passivo	(438.491)			438.491	(788.866)			(278.879)
Provisão para perda	(1.370.624)	(872.748)			(2.243.373)	(702.294)		(2.945.667)
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(440.809)	(1.148.717)	(25.432)	1.618.958	(789.144)			520.956
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL								
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.212.642	453.953			2.666.595	1.464.444		(520.956)
Provisão para perda	(1.055.484)	(1.611.111)			(2.666.595)	(675.300)		(3.341.895)
Subtotal tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.157.158	(1.157.158)			789.144			(520.956)
Total imposto diferido ativo	716.349	(2.305.875)	(29.432)	1.618.958				520.956
Tributos diferidos passivos								
Diferenças temporárias e IR e CS Ativo					789.966	278	(520.956)	268.188
Diferenças temporárias e IR e CS Passivo (ii)	792.631		(1.618.958)	(626.327)	58.029			(768.296)
Total de tributos diferidos passivo	792.631		(1.618.958)	(826.327)	846.895	278	(520.956)	(500.110)

12. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo				Passivo			
	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
ICMS a recuperar (i)	771.033	690.018	435.118	1.084.002	999.847	715.325		
PIS/COFINS	75.456	73.028	112.922	127.623	149.420	181.310		
Outros	46.316	47.527	56.056	39.071	74.770	81.954		
Total	892.805	810.673	604.106	1.250.699	1.224.037	978.589		
Circulante	395.490	281.810	808.330	672.963	513.387			
Não circulante	315.814	415.183	322.296	442.369	546.174	465.202		

	Ativo				Passivo			
	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
FUST/FUNTEL/ Radiodifusão	363.289	347.624	326.590	853.874	826.023	752.893		
ICMS	186.420	181.821	237.600	332.877	394.166	460.752		
PIS/COFINS (ii)	56.431	106.477	64.807	152.755	400.798	281.856		
ISS	307	552	452	42.830	56.107	23.710		
Outros (iii)	35.567	20.556	25.022	184.252	165.193	61.154		
Total	642.014	652.130	654.477	1.566.588	1.842.287	1.580.365		
Circulante	266.287	318.416	327.100	738.438	944.168	782.291		
Não circulante	355.727	338.714	327.377	828.150	898.119	798.084		

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. Ainda conforme a legislação estadual do Rio de Janeiro nº 2.298/2016 e nº 2.019/2015, a Companhia e empresas controladas aderiram à compensação das dívidas do Governo com créditos tributários relativos ao ICMS devido pelas mesmas, na forma prevista nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 180 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro. (ii) Referem-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre lucros, rendimentos, receita financeira e outras receitas. (iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP. A Oi Móvel, controladora da Companhia, é autora em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS e, amparadas em decisão judicial de mérito proferida em sede de 2º grau, que lhes foi favorável, suspenderam o recolhimento da parcela das contribuições correspondentes ao valor do imposto estadual. Durante os períodos em que o procedimento foi suspenso, foram constituídas provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de março de 2017 referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS de novembro de 2008, dezembro de 2013 e julho de 2014 e de julho de 2016 a fevereiro de 2017 para Oi Móvel, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da já mencionada decisão. Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para COFINS. Com base na referida decisão, e amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF, a Oi Móvel reverteu as provisões para contingências referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituídas nos períodos acima mencionados, até a data do referido julgamento, sendo os montantes das reversões das provisões registradas de R\$ 107 milhões no consolidado e os montantes de reversões das atualizações monetárias registradas de R\$ 24 milhões no consolidado. Ressalta-se que existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade

da constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro. Porém, mesmo nessa hipótese, na avaliação da Companhia e de seus assessores, são remotas as chances de utilização do instituto da modulação para obrigar os contribuintes ao recolhimento de débitos relativos a fatos geradores anteriores ao julgamento do STF e que ainda não tenham sido quitados. 13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS: Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia para apresentação de garantias, são elevados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	Controladora				Consolidada			
	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Cíveis	2.054.557	1.797.941	1.769.200	2.384.756	2.202.055	2.069.110		
Tributários	1.165.242	1.276.311	1.336.336	1.904.919	1.957.637	1.878.740		
Trabalhistas	766.508	790.634	796.735	863.724	824.493	868.003		
Subtotal:	3.986.307	3.864.886	3.902.271	5.253.399	4.984.185	4.815.853		
Perda estimada (i)	(861.067)	(876.194)	(645.494)	(890.095)	(1.003.274)	(720.896)		
Total	3.125.240	2.988.692	3.256.777	4.363.304	3.980.911	4.094.957		
Circulante	262.870	292.573	324.885	338.661	287.500	370.778		
Não circulante	2.862.370	2.696.119	2.931.892	3.924.643	3.693.411	3.724.179		

(i) Conforme mencionado na Nota 2, durante 2017 a Companhia realizou conciliação dos depósitos judiciais e como resultado reconheceu baixa em anos anteriores e também registrou provisões para perdas estimadas para os depósitos judiciais que estava em vigor. Tal registro foi estimado com base em informações externas disponíveis (extratos bancários recebidos dos depositários e / ou informações obtidas no site do Tribunal Judicial) e informações internas disponíveis (sistemas internos). Conforme informado na Nota 2 (b) os saldos de depósitos judiciais foram ajustados em função da conciliação dos saldos contábeis com os extratos bancários.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora				Consolidada			
	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Participações avaliadas a:								
Investimento em controladas	7.951.175	8.303.100	8.212.066		45.464	63.837		
Negócios em conjunto	84.306	82.519	87.055	42.346	38.139	38.003		
Investimento em coligadas								
Custo de aquisição	3.986	3.986	3.986	13.833	13.833	13.833		
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	8.676	23.895	23.895	23.895		
Outros investimentos	249	249	249					
Total	8.048.392	8.396.530	8.312.032	122.438	121.580	140.817		

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	Controladora				Consolidada			
	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)								
Equivalência patrimonial (i)					8.312.032	140.817		
Aumento de capital em controladas (ii)					42.124	1.392		
Juros sobre capital próprio					(491.500)			
Dividendos					(565.813)			
Baixa de investimentos					(8.635)			
Outros					(8.541)			
Saldo em 2016 (Reapresentado)					8.396.530	121.580		
Equivalência patrimonial (i)					(201.739)	(1.091)		
Juros sobre capital próprio					(74.239)			
Dividendos					(700.099)			
Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo					624.299			
Outros					1.640	1.949		
Saldo em 2017					8.048.392	122.438		

(i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa, principalmente, aos investimentos de negócios em conjunto e em coligadas (Nota 1). Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

Controladas e Negócios em conjunto		Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Controladora				2017	
				Ord. milhares de			Participação - %	Capital total	Capital votante
				Ações					
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas			
Oi Internet	1.386.694	1.036.796	821.159				100		100
Seride	(747.951)	(335.717)	19.238.257				81,43		81,43
Oi Móvel	6.291.025	(988.912)	14.209.581				100		100
BRT Multimídia	265.285	32.408				446.245	99,99		99,99
BRT Call Center	(115.154)	(8.923)					100		100
BRT Card	7.972	445	11.270		22.370	7.499.999	100		100
Dommo	(89)	(15)	11.265		22.531		100		100
Hispamar	216.140	15.521	113.213				19,04		19,04
AIX	273.318	2.834	298.563				50		50
Controladas e Negócios em conjunto		Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Controladora		2017		Provisão para patrimônio líquido negativo	
Oi Internet	1.036.796	1.386.693							
Seride	(273.374)								
Oi Móvel	(988.912)	6.291.025							609.056
BRT Multimídia	32.408	265.285							
BRT Call Center	(8.923)								15.154
BRT Card	445				7.972				
Dommo	(15)								89
Hispamar	2.955	41.960							
AIX	(3.118)	42.346							
		8.073.481							604.200

-continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Informações financeiras resumidas									
Controladas e Negócios em conjunto									
	2017			2016 (Reapresentado)			2015 (Reapresentado)		
	Ativos	Passivos	Receitas	Ativos	Passivos	Receitas	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Internet	2.430.342	1.243.448	2.470.851	2.430.342	1.243.448	2.470.851	2.430.342	1.243.448	2.470.851
Seride	994.870	1.742.821	1.580.865	994.870	1.742.821	1.580.865	994.870	1.742.821	1.580.865
Oi Móvel	22.229.105	15.938.081	9.148.125	22.229.105	15.938.081	9.148.125	22.229.105	15.938.081	9.148.125
Bt Multimídia	631.323	366.038	159.343	631.323	366.038	159.343	631.323	366.038	159.343
Bt Call Center	182.071	197.225	479.454	182.071	197.225	479.454	182.071	197.225	479.454
Bt Card	10.464	2.492		10.464	2.492		10.464	2.492	
Dommo	111	200		111	200		111	200	
Hispamar	389.786	173.646	274.719	389.786	173.646	274.719	389.786	173.646	274.719
AIX	35.994	8.675	42.840	35.994	8.675	42.840	35.994	8.675	42.840
Controladas e Negócios em conjunto									
	2016 (Reapresentado)			2015 (Reapresentado)			2014 (Reapresentado)		
	Ativos	Passivos	Receitas	Ativos	Passivos	Receitas	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Internet	2.490.666	1.411.070	1.773.393	2.490.666	1.411.070	1.773.393	2.490.666	1.411.070	1.773.393
Seride	1.256.121	1.668.395	978.499	1.256.121	1.668.395	978.499	1.256.121	1.668.395	978.499
Oi Móvel	22.003.347	14.722.847	9.969.295	22.003.347	14.722.847	9.969.295	22.003.347	14.722.847	9.969.295
Bt Multimídia	510.315	233.524	181.897	510.315	233.524	181.897	510.315	233.524	181.897
Bt Call Center	252.349	258.581	547.741	252.349	258.581	547.741	252.349	258.581	547.741
Bt Card	10.447	107		10.447	107		10.447	107	
Dommo	34			34			34		
Hispamar	325.054	154.710	274.719	325.054	154.710	274.719	325.054	154.710	274.719
AIX	33.215	9.443	42.840	33.215	9.443	42.840	33.215	9.443	42.840
Controladas e Negócios em conjunto									
	01/01/2016 (Reapresentado)			01/01/2015 (Reapresentado)			01/01/2014 (Reapresentado)		
	Ativos	Passivos		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos	
Oi Internet	1.558.484	628.749		1.558.484	628.749		1.558.484	628.749	
Seride	221.687	154.285		221.687	154.285		221.687	154.285	
Oi Móvel	16.894.424	9.871.139		16.894.424	9.871.139		16.894.424	9.871.139	
Bt Multimídia	559.480	179.917		559.480	179.917		559.480	179.917	
Bt Call Center	187.914	192.044		187.914	192.044		187.914	192.044	
Bt Card	9.383	1.260		9.383	1.260		9.383	1.260	
Dommo	142	53		142	53		142	53	
Hispamar	339.892	137.763		339.892	137.763		339.892	137.763	
AIX	29.675	9.476		29.675	9.476		29.675	9.476	

15. MOBILIZADO									
Controladora									
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total		
Custo do imobilizado (valor bruto)									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	1.256.737	10.248.097	17.927.502	21.672.321	2.232.074	1.997.415	55.334.146		
Adições	2.013.711	65	132.184	1.658	9.227	12.945	2.169.790		
Baixas	(8.587)	(2.178)	(115.220)	(104)	(205)	(126.294)			
Transferências	(1.561.732)	30.919	590.508	897.513	593	52.199			
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1.700.129	10.279.081	18.648.016	22.446.272	2.241.790	2.062.354	57.377.642		
Adições	2.214.372	1.106	146.470	149.343	5.860	11.757	2.528.908		
Baixas	(71.627)	(1.095)	(1.039)	(630.319)	(3.262)	(703.342)			
Transferências	(1.535.898)	15.274	597.700	691.496	102.476	128.952			
Saldo em 2017	2.306.976	10.294.366	19.391.147	22.656.792	2.350.126	2.199.801	59.199.208		
Depreciação acumulada									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	(9.789.616)	(13.660.959)	(17.126.232)	(1.654.245)	(1.374.039)	(43.605.091)			
Despesas de depreciação	(150.347)	(928.873)	(762.613)	(55.802)	(106.928)	(2.004.563)			
Baixas		1.410	102.902	104	177	104.593			
Transferências	(181)	60	15	248	(142)				
Saldo em 2016 (Reapresentado)	(9.940.144)	(14.588.362)	(17.785.928)	(1.709.695)	(1.480.532)	(45.505.061)			
Despesas de depreciação	(122.734)	(740.757)	(727.926)	(41.095)	(189.004)	(1.821.496)			
Baixas	27	633	532.068	(54)	3.124	535.852			
Transferências		(655)	(467)	(54.140)	55.262				
Saldo em 2017	(10.062.851)	(15.329.141)	(17.882.263)	(1.804.900)	(1.611.550)	(46.790.705)			
Imobilizado líquido									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	1.256.737	458.481	4.266.543	4.546.089	577.829	623.376	11.729.055		
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1.700.129	338.937	4.059.654	4.660.344	532.095	581.422	11.872.581		
Saldo em 2017	2.306.976	231.515	4.062.006	4.674.529	545.226	885.251	12.408.503		
Taxa anual de depreciação (média)	10%	11%	9%	8%	14%				

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Consolidado									
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total		
Custo do imobilizado (valor bruto)									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	1.488.812	13.598.936	31.524.548	21.765.669	1.934.089	3.934.268	74.246.322		
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))	4.840	261	300	1.045	1.438	72.190	80.074		
Adições	3.245.822	65	245.257	3.230	16.934	24.429	3.535.737		
Baixas	(15.210)	(5.029)	(115.220)	(788)	(504)	(136.757)			
Transferências	(2.733.826)	76.416	1.085.103	887.390	425	84.492			
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1.990.432	13.675.678	33.450.179	22.542.114	1.952.098	4.114.875	77.225.376		
Adições	3.698.323	1.140	258.515	116.641	11.642	49.323	4.135.584		
Baixas	(78.463)	(1.095)	(12.260)	(630.512)	(18.266)	(740.596)			
Transferências	(2.659.509)	32.009	1.573.155	799.412	102.588	352.345			
Saldo em 2017	2.750.783	13.707.732	35.269.589	22.827.655	2.066.328	4.498.277	81.120.364		
Depreciação acumulada									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	(11.839.569)	(20.061.184)	(18.190.963)	(1.440.243)	(2.715.263)	(54.247.222)			
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))	(108)	(163)	(504)	(626)	(30.074)	(314.755)			
Despesas de depreciação	(340.314)	(1.816.301)	(843.195)	(64.743)	(196.028)	(3.260.581)			
Baixas	4.220	102.983	534	503	108.240				
Transferências	(181)	(6.822)	8.611	318	(126)				
Saldo em 2016 (Reapresentado)	(12.180.172)	(21.882.250)	(18.922.868)	(1.504.760)	(2.940.988)	(57,431,038)			
Despesas de depreciação	(305.817)	(1,713,048)	(808,388)	(50,017)	(390,396)	(3,237,666)			
Baixas	27	11,354	532,108	12,386	595,875				
Transferências	(676)	(452)	(54,131)	55,259					
Saldo em 2017	(12,485,962)	(22,584,620)	(19,199,600)	(1,608,908)	(3,233,739)	(60,112,829)			
Imobilizado líquido									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	1,488,812	1,759,387	11,463,364	3,574,706	493,846	1,219,005	19,999,100		
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1,990,432	1,495,506	11,567,929	3,619,246	447,338	1,173,887	20,294,338		
Saldo em 2017	2,750,783	1,221,770	11,684,969	3,628,055	457,420	1,264,538	21,007,535		
Taxa anual de depreciação (média)	10%	11%	9%	7%	13%				

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados. **Informações adicionais:** De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados sob os referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.902.617 (2016 - R\$ 4.978.905 e 01/01/2016 - R\$ 5.215.822) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

16. INTANGÍVEL

Controladora									
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total			
Custo do intangível									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	16.107	2.490.534	230.030	6.410	138.283	2.881.364			
Adições	59.575	16.040			290	75.905			
Transferências	(72.741)	72.060			681				
Saldo em 2016 (Reapresentado)	2.941	2.578.634	230.030	6.410	139.254	2.957.269			
Adições	3.360	259			501	4.120			
Baixas	(1.095)					(1.095)			
Transferências	(4.342)	2.693			1.649				
Saldo em 2017	1.959	2.580.491	230.030	6.410	141.404	2.960.294			
Amortização acumulada									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	(1.918.796)	(225.482)	(5.340)	(121.937)	(3.480)	(2.271.555)			
Despesas de amortização	(237.495)	(1.568)			(242.543)				
Transferências	13				(13)				
Saldo em 2016 (Reapresentado)	(2.156.278)	(227.050)	(5.340)	(125.430)	(2.514.098)				
Despesas de amortização	(177.108)	(1.796)			(180.925)				
Baixas	55				55				
Saldo em 2017	(2.333.328)	(228.846)	(5.340)	(127.454)	(2.694.968)				
Intangível líquido									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	16.107	571.738	4.548	1.070	16.346	609.809			
Saldo em 2016	2.941	2.578.634	230.030	6.410	139.254	2.957.269			
Saldo em 2017	1.959	2.471.663	1.184	1.070	13.950	266.326			
Taxa anual de amortização (média)		20%	5%		20%				
Consolidado									
Custo do intangível									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	31.286	5.478.506	3.453.477	7.252	1.706.479	10.677.000			
Incorporação de controladas									
Nota 26 (a)		30.732				30.732			
Adições	357.537	24.241	84.312		56.332	522.422			
Transferências	(368.030)	332.088	25	(1.111)	37.028				
Saldo em 2016 (Reapresentado)	20.793	5.865.367	3.537.814	6.141	1.799.839	11.230.154			
Adições	332.276	4.300			74.704	411.280			
Baixas	(1.115)					(1.115)			
Transferências	(335.783)	345.682	743		(10.642)				
Saldo em 2017	17.286	6.214.434	3.538.557	6.141	1.863.901	11.640.391			
Amortização acumulada									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	(4.209.557)	(2.527.021)	(5.336)	(1.117.040)	(7.685.954)				
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))	(14.774)					(14.774)			
Despesas de amortização	(513.871)	(230.721)			(100.342)	(844.934)			
Transferências	488	(1.516)							
Saldo em 2016 (Reapresentado)	(4.737.304)	(2.759.250)	(5.336)	(1.216.727)	(8.718.662)				
Despesas de amortização	(462.259)	(193.799)			(85.517)	(721.566)			
Baixas	55				55				
Saldo em 2017	(5.199.508)	(2.933.085)	(5.336)	(1.302.244)	(9.440.173)				
Intangível líquido									
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	31.286	1.268.949	926.456	1.916	589.439	2.818.046			
Saldo em 2016 (Reapresentado)	20.793	1.128.263	778.519	805	583.122	2.514.492			
Saldo em 2017	17.286	1.014.926	605.472	805	561.655	2.201.146			
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%		10%				
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Empréstimos e financiamentos por natureza: Os contratos vigentes estabelecem que o pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui evento de inadimplência. Entretanto, de acordo com a Lei nº 11.101/2005, os créditos sujeitos a recuperação judicial não podem ser demandados das Recuperadas durante o "stay period" previsto no aludido diploma legal e devem ser pagos exclusivamente na forma do plano de recuperação judicial aprovado e homologado, por força da novação operada pelo plano, de modo que não há mora ou inadimplência por parte das Recuperadas. Para efeitos contábeis e de divulgação, os empréstimos e financiamentos exigíveis são apresentados no passivo circulante e estão sendo atualizados considerando os juros de créditos, bem como variação monetária e cambial do período. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a recuperação judicial ao Grupo OI, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do auto-calandário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação no curso do auto-calandário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Com a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial, foi dado início ao prazo para que os credores das Recuperadas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial, ("Plano" ou "PRJ"), o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.									
	Controladora		Consolidado		Vencimento Contratual				
	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	Principal	Juros	
Instituições financeiras	10.601.470	9.849.397	11.064.559	11.917.040	11.055.452	12.344.194			
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.873.716	2.598.001	2.416.314	2.873.716	2.598.001	2.416.314	Jul/2016 a Mar/2018	Semestral	
CR - Contratos de Recebíveis Imobiliários	1.206.850	1.095.597	947.240	1.206.850	1.095.597	947.240	Agô/2022	Anual	
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	6.520.904	6.155.799	7.701.005	7.836.474	7.361.854	8.980.640	Jul/2016 a Jun/2025	Semestral	
Debitantes públicos	58.124	53.237	50.023	58.124	53.237	50.023	Jul/2021	Anual	
Múltiplos e Debitadores com partes relacionadas (Nota 24)	4.360.441	3.964.353	2.684.640	10.474.975	8.952.421	3.164.547			
Subtotal	15.022.038	13.866.997	13.798.222	22.139.522	19.061.110	15.558.784	Dez/2017	Anual	
Custos de transação	(90.334)	(117.396)	(124.002)	(91.714)	(121.556)	(126.960)			
Total	14.929.701	13.749.591	13.675.020	22.038.425	19.939.554	15.431.804			
Circulante	11.045.059	10.230.530	2.259.612	9.334.513	11.691.481	12.928.653			
Não circulante	3.884.642	3.517.061	1.415.598	9.004.587	8.248.073	2.503.151			
Custos de transações por natureza									
	Controladora		Consolidado		Consolidado				
	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)			
Instituições financeiras	90.334	119.396	124.002	91.714	121.556	126.960			
Total	90.334	119.396	124.002	91.714	121.556	126.960			
Circulante	90.334	119.396	31.289	91.714	121.556	32.060			
Não circulante			92.740			94.900			
Composição da dívida por moeda									
	Controladora		Consolidado		Consolidado				
	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)			
Reais	9.734.729	8.815.304	10.727.975	10.548.266	9.432.185	9.429.177			
Euro				6.814.678	5.593.452				
Dólar									
Norte-Americano	5.195.481	4.932.287	6.002.627	5.195.481	4.932.287	6.002.627			
Total	14.929.701	13.747.591	13.675.020	22.358.425	19.939.554	15.431.804			
Composição da dívida por indexador									
	Controladora		Consolidado		Consolidado				
	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)			
Taxa pré-fixada	2.225% a.a. - CDI	660.554	630.138	1.005.578	7748.177	6.479.300	1.290.370		
Fixa	1,83% a.a. - BDI	6.607.852	6.031.738	5.011.489	5.967.708	5.426.345	5.491.395		
Líbor	0,90% a.a. - 2,50% a.a. - 0,0% a.a.	4.725.685	4.482.646	5.186.468	4.725.685	4.482.646	5.186.468		
T.I.P.	4,08% a.a.	1.628.786	1.476.832	1.501.433	2.631.042	2.384.026	2.432.586		
ILICA	0,50% a.a.	1.246.824	1.126.245	970.234	1.246.824	1.126.245	970.234		
INPC	2,43% a.a.				40.989	40.992	60.751		
Total	14.929.701	13.747.591	13.675.020	22.358.425	19.939.554	15.431.804			
Garantias: Os financiamentos do BRDEUS possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Controladora e de sua controlada OI Móvel. A Companhia presta aval à sua controlada OI Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.133 milhões. "Convenants" : A Companhia e sua controlada OI Móvel, possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros ("covenants") nos contratos de									

-continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras. Todos os instrumentos de dívida sofreram alterações em virtude da aprovação do Plano. De acordo com os instrumentos de dívida originais, o cumprimento destes índices financeiros era apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenants" financeiros dos instrumentos de dívida originais não são aplicáveis, devendo ser observado o Plano de Recuperação Judicial.

18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
SMP				
Concessões STFC	55.804	16.261	73.682	12.936
Total	55.804	20.306	77.421	911.530
Circulante	55.804	20.306	77.421	911.530
Não circulante				

Conferem aos valores a pagar à ANATEL, pelas outorgas de radiodifusão e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licitações. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3G conforme previsto no cronograma de pagamentos. 19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL: O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	230.447	249.702	270.218	270.768
PRF (MP nº 766/2017) (i)	105.289		118.582	
PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)	2.424		2.959	
Total	338.160	249.702	391.759	270.768

Circulante	115.114	31.877	131.660	48.542
Não circulante	223.046	217.825	260.099	222.226

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.496/2017 segregados em principal, multas e juros incluindo-se, ali, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Principal	24.862	1.761	30.807	130.430
Multas	43.238	2.258	32.464	77.960
Juros	15.883	714	16.259	32.142
Total	116.171	714	14.240	19.805
COFINS	1.004	811	1.414	3.029
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792
PIS	5.117	673	5.790	7.870
Contribuição social	2.959		2.959	
INSS	696		6.189	7.402
PRF - Demais Débitos - RFB	112.758	16.362	263.189	392.309
PRF - Previdenciário - INSS				
PRF - Demais Débitos - RFB				
Outros				
Total	112.758	16.362	263.189	392.309

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
2018	115.114		115.114	131.660
2019	60.046		60.046	69.130
2020	33.724		33.724	39.625
2021	33.724		33.724	39.625
2022	61.828		61.828	72.644
2023 a 2024	392.309		392.309	392.309
Total	392.309		392.309	653.003

A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial. (i) Programa de Regularização Tributária - PRF: A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 ("PRT"), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa. A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial. A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a quitação de 76% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 476 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 150 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concluídos dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017. Posteriormente, em 1º de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôr de modo distinto. Ressalta-se, em que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 ("PERT"), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão. (ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: A Companhia optou por incluir e quitar no PRT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 150.000.000,00 (quinhentos milhões) e a que se refere ao art. 3º, da Lei nº 13.496/2017. Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito além do que, com o encerramento desfavorável, demandaria discussão judicial - com todos os custos a ela atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT em espécie, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

20. PROVISÕES: Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Tributárias				
(i) ICMS	279.993	249.809	210.412	425.280
(ii) ISS	67.292	62.064	64.869	72.125
(iii) ILL		3.172	6.882	3.172
(iv) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	4.577	28.280	27.162	19.959
(v) Demais ações	7.611	49.786	54.678	15.005
Total	359.473	393.117	364.003	532.369
Trabalhistas				
(i) Horas extras	129.866	18.277	36.426	389.381
(ii) Indenizações	43.512	6.047	12.882	153.943
(iii) Adicionais diversos	59.777	11.351	23.712	186.143
(iv) Estabilidade / reintegração	36.085	5.480	10.178	113.366
(v) Complemento de aposentadoria	18.227	3.450	6.691	55.823
(vi) Diferenças salariais	10.547	1.532	3.284	32.725
(vii) Verbas rescisórias	7.835	1.165	2.370	25.441
(viii) Multas trabalhistas	7.469	1.253	2.492	22.529
Honorários advocatícios/perícias	4.142	757	3.544	17.159
(ix) FGTS	8.009	1.617	2.828	24.027
(x) Substancialidade	2.189	322	673	2.348
(xi) Demais ações	236	30	64	661
Total	344.736	53.946	110.124	1.064.790
(i) ANATEL	1.933.108	766.899	757.816	2.019.380
(ii) Juro Especial	52.769	88.421	90.230	130.898
(iii) Demais ações	351.553	354.377	295.746	482.329
Total	2.337.430	1.209.697	1.151.792	2.632.607
Total das provisões	3.041.659	1.656.760	1.625.919	2.596.061
Circulante	155.136	176.807	293.613	352.171
Não circulante	2.886.521	1.479.853	1.332.306	2.243.890

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente. Detalhamento do passivo contingente, por natureza: A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Tributária	21.122.441		19.923.379	18.567.310
Trabalhista	535.990		412.585	354.023
Cível	826.325		861.120	
Total	22.495.366		21.163.778	18.921.453

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Tributárias				
Adições / Reversões	364.003	110.124	1.151.792	1.655.919
Atualização monetária	178.285	84.900	273.792	536.977
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	190.527	5.863	105.571	301.961
Baixas por pagamento/encerramentos (ii)	(62.225)	(56.291)	(222.627)	(341.143)
Baixas por pagamento/encerramentos (iii)	(277.473)	(90.659)	(98.831)	(466.564)
Total	353.117	33.111	1.095.656	1.656.760
Trabalhistas				
Adições / Reversões	14.730	13.745	4.356.170	4.508.315
Atualização monetária	27.037	18.740	69.943	284.920
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(75.411)	(12.940)	(113.412)	(201.763)
Baixas por pagamento/encerramentos (ii)	(21.626)	(31.946)	(31.946)	(31.946)
Total	359.473	344.736	2.337.430	3.041.659

	Consolidado		Total	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Tributárias				
Adições / Reversões	446.580	174.884	1.346.118	1.967.582
Atualização monetária	(392)	515.276	3.667	518.551
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	211.034	120.185	486.165	817.364
Baixas por pagamento/encerramentos (ii)	(62.454)	(100.414)	(392.970)	(555.838)
Baixas por pagamento/encerramentos (iii)	(296.195)	(98.874)	(149.694)	(534.763)
Total	526.590	619.263	1.450.260	2.596.061
Trabalhistas				
Adições / Reversões	21.652	227.356	4.561.165	4.810.183
Atualização monetária	49.170	349.782	101.322	500.274
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(65.043)	(113.006)	(220.592)	(398.641)
Baixas por pagamento/encerramentos (ii)	(15.615)	(18.615)	(3.259.496)	(3.278.111)
Total	532.369	1.064.790	4.229.798	4.229.798

(i) Conforme estabelecido nos procedimentos inerentes à Recuperação Judicial, a Companhia, não está realizando os pagamentos dos processos que demandem créditos sujeitos a esta, ainda que encerrados a partir de 20 de junho de 2016. Desta forma, o valor dos processos encerrados e não pagos foi transferido para a conta a pagar de Fornecedores da Companhia. **Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes:** Provisões Tributárias: As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial. (i) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tornados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estaduais. (ii) ISS - A Companhia mantém provisões fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado. Técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos. (iii) ILL - A Companhia comprou o valor do ILL recolhido até o ano-candela de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos. (iv) INSS - Provisão relacionada a parcelas de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias. (v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face às avaliações fiscais de IPTU e a diversas avaliações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social. **Trabalhistas:** A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas decorrentes das negociações salariais e de benefícios coletivos de trabalho. (i) Demais ações - Refere-se a questionamentos em processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais. (ii) Horas extras - Refere-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada. (iii) Indenizações - Refere-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença de trabalho, dano moral e estabilidade provisória. (iv) Adicionais diversos - Refere-se, substancialmente, às expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão. (v) Estabilidade / reintegração - Refere-se ao pleito decorrente de suposta intersetividade de condição especial do empregado, garantida pela impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa. (vi) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício decorrentes do erro ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado. (vii) Verbas rescisórias - Refere-se a verbas supostamente não arquivadas na rescisão contratual ou suas diferenças. (viii) Multas trabalhistas - Refere-se ao pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho em razão de não cumprimento dos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas. (ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. (x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças decorrentes quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças decorrentes das expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos. (xi) Substancialidade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas. (xii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos, relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros. **Cíveis:** (i) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontraram-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 7 bilhões, os quais foram inscritos no PRT para elegíveis para pagamento na forma do Plano (vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 5,3 bilhões em processos judiciais e R\$ 3,5 bilhões em processos administrativos. No que diz respeito aos processos inscritos no PRT, e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para estas contingências regulatórias, passando a considerar a melhor estimativa de saída de caixa futura descontada associada a cada uma das duas formas de pagamento previstas no PRT para a categoria de créditos - vide Nota 1. Em 31 de dezembro de 2017 o valor desta provisão era de R\$ 2.019,38 milhões. Para as contingências relativas à recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos. A Companhia discorda e contesta a existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável. O PRT estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. É de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela Assembleia Geral dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que a ANATEL interpele o agravo de instrumento nº 001068-32.2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRT, sustentando a invalidade da Cláusula 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da categoria de créditos - vide Nota 1. (ii) Juro Especial - Questionamentos realizados por clientes cujo valor em débito não ultrapassava 40 salários mínimos. (iii) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de recuperação judicial, bem como, ilíquidos que principal natureza refere-se a discussões de quitação de créditos em nome da Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros. **Passivo contingente:** Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cuja expectativa de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais. Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda provável estão resumidas abaixo: **Tributárias:** As principais causas existentes estão representadas pelas seguintes obrigações: (i) ICMS - Decore de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes indiretos, assinatura sem franquias ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de crédito (CIAF), entre outros, no montante aproximado de R\$ 9.642.042 (2016 - R\$ 9.179.895 e 01/01/2016 - R\$ 8.751.765). (ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços de transporte, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.995.106 (2016 - R\$ 2.991.406 e 01/01/2016 - R\$ 2.531.607), sendo que não estão previstas provisões para estes créditos, uma vez que os advogados responsáveis com risco de perda possível, já que estas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Adicionalmente, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita. (iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 333.693 (2016 - R\$ 653.915 e 01/01/2016 - R\$ 628.324) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 177.081 (2016 - R\$ 146.088 e 01/01/2016 - R\$ 289.407). (iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais relativos a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erro no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionados aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.151.400 (2016 - R\$ 7.098.163 e 01/01/2016 - R\$ 6.655.614). **Trabalhistas:** Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de insalubridade, responsabilidade subsidiária, dentre outros, no montante aproximado de R\$ 553.000 (2016 - R\$ 412.585 e 01/01/2016 - R\$ 354.023). **Cíveis:** As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de liquidação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente R\$ 836.935 (2016 - R\$ 827.814 e 01/01/2016 - R\$ 861.120). **Garantias:** A Companhia possui contratos de caução de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 17.637.372 (2016 - R\$ 2.278.499 e 01/01/2016 - R\$ 7.642.394) na controladora e R\$ 9.056.841 (2016 - R\$ 8.443.320 e 01/01/2016 - R\$ 8.478.726) no consolidado. Os encargos de comissão dessas comissões refletem as taxas praticadas no mercado.

21. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Recursos a apropriar	1.912.006	1.250.752	1.316.173	1.254.722
Adiantamentos de clientes	273.428	100.335	42.996	1.205.865
Conservação em favor de terceiros	13.628	29.877	17.148	21.711
Provisão para desmobilização de ativos	10.137	9.741	9.361	10.137
Provisão para patrimônio líquido negativo	624.299	73		
Valores a pagar a partes relacionadas	102.882	73.513	70.173	177.154
Outros	2.215.580	1.470.291	1.455.851	2.669.579
Total	4.356.066	2.623.92	1.777.778	1.446.799
Circulante	1.780.514	1.207.359	1.278.073	1.222.780
Não circulante				

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social é de R\$ 11.661.092 (2016 - R\$ 11.661.092 e 01/01/2016 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

(b) **Reserva de capital: Reserva de ágio na subscrição de ações:** Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social. A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (a). **Reserva de doações e subvenções para investimentos:** O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais – FPM, FINEPS, FUNDPL e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007). A Companhia absorve a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (a). **Reserva especial Lei nº 8.200/1991:** A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem. (c) **Reservas lucros: Reserva legal:** De acordo com art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quanto a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. **Reserva de investimentos:** A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos recursos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel. **Reserva de incentivos fiscais:** De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. As reservas acima mencionadas foram absorvidas com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (a). (d) **Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido: (d.1) Ágio em transações de capital e variações de percentagens de Participações:** Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultem em perda de controle ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPJ nº 001-2007. **(d.2) Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos das respectivas eleições tributárias, não reconhecidas nas demonstrações do resultado. (e) **Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76. Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito a voto e não são asseguradas, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "B" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B", bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "B" e às ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classe "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B" destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 1.376/74, com recursos de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 4.271.512 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do prejuízo do exercício será destinado da seguinte forma: (i) constituição do prejuízo acumulado no valor de R\$ 1.589.741,74; (ii) reversão da reserva de investimentos no valor de R\$ 1.004.567; (iii) reversão da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 20.759; (iv) reversão das reservas de capital no valor de R\$ 141.571,21; e (v) reversão da reserva legal no valor de R\$ 245.441. (f) **Prejuízo por ação básico e diluído:** O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido após as acionistas controladoras da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. **Diluído:** O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras. A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia:	(4.271.512)	(3.203.926)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(1.909.889)	(1.432.544)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(2.361.627)	(1.771.382)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais – básicas e diluídas	190.465	190.465
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)

(g) **Participação de não controladores:** A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da IO no capital da controladora Seropédica, 23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS: a) **Planos de pensão:** A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Planos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos respectivos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2017.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	IO Móvel, BRT Multimídia e IO Internet	FATL
BTTPREV	IO Móvel, BRT Multimídia e IO Internet	FATL
TelemarPrev	Telemar, IO Móvel e IO Internet	FATL
PBS-A	Telemar	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNC	IO Móvel	Sistel
CELPREV	IO Móvel	Sistel
PAMA	IO e Telemar	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social. FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social. A Companhia, para efeitos de planos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora". Os planos de benefícios são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVIEW Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a exceção da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos. Nos planos patrocinados de benefício definido não há possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos os ativos atuariais. A autorização explícita para compensação com contribuições pagas pelas futuras. **Provisões para planos de pensão:** Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Plano BRTPREV	385	334	288
Circulante	55	301	252
Não circulante	330	33	36

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras: Ativo reconhecido por participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	2017 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Plano TCSPREV	3.864	4.518	4.892
Circulante	905	705	53
Não circulante	3.774	3.813	4.839

Características dos planos de previdência complementar patrocinados: 1) **FATL:** A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinadora e multipiloto, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias, não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos: (i) BRTPREV: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Voluntária, inscrito no CNPJ nº 08.000.000/0001-79. A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a sua idade e escolha, sobre o Salário de Participação (SP) conforme a seguinte tabela: (i) idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP; e (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP. A Contribuição mensal dos Participantes do grupo BRTPREV/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 5% incidente sobre o Salário de Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário de Participação que ultrapassar a metade do maior Salário de Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário de Participação que ultrapassar maior Salário de Contribuição da Previdência Oficial. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo BRTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano. Para os participantes migrados, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social. A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário de Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BRTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPRF (Unidade Previdenciária TCSPREV). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida de Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença). A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário de Participação que exceder a 10 Unidade de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com valor igual ao da Contribuição Voluntária de Participante correspondente ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo participante, aplicado sobre o Salário de Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição. A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, efetuados em frequência por ela determinada. A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrantes no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18/03/2004. A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário de Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) **SISTEL:** A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares das aposentadorias da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL. **Planos: (i) PBS-A:** O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000. As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2017, data da última avaliação atuarial, esse plano apresentava situação superavitária. (ii) **PAMA:** O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura da assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação à contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela SISTEL. Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes. No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a SISTEL é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora do plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contábil. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida. Em outubro de 2006, em cumprimento de determinação judicial, a SISTEL transferiu parte do custeio de rendas do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para a Fundação PAMA. Do total transferido R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes à esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a avaliar e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social: Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário de Participação (SP) conforme a seguinte tabela: (i) idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP; e (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo TCSPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano. Para os participantes migrados, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social. A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário de Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPRF (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (v) **PBS-TNC:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPJ sob nº 2000.0015-19. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,83% incidente sobre o Salário de Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário de Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário de Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio. A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (vi) **CELPREV:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPJ sob nº 2004.0009-29. A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário de Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida de Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença). A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário de Participação que exceder a 10 Unidade de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com valor igual ao da Contribuição Voluntária de Participante correspondente ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo participante, aplicado sobre o Salário de Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição. A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, efetuados em frequência por ela determinada. A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrantes no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18/03/2004. A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário de Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) **SISTEL:** A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares das aposentadorias da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL. **Planos: (i) PBS-A:** O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000. As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2017, data da última avaliação atuarial, esse plano apresentava situação superavitária. (ii) **PAMA:** O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura da assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação à contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela SISTEL. Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes. No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a SISTEL é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora do plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contábil. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida. Em outubro de 2006, em cumprimento de determinação judicial, a SISTEL transferiu parte do custeio de rendas do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para a Fundação PAMA. Do total transferido R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes à esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a avaliar e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social: Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora 2017		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	279.147	3.265.462	3.496.769	2.075.073
Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424	234.464
Custo do serviço corrente	43	1.304		89
Contribuições de participantes vertidas no ano	31			
Benefícios pagos líquidos	(22.480)	(247.566)	(344.256)	(170.127)
Contribuição de obrigação atuarial				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	11.770	184.763	154.172	416.473
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	300.208	3.576.002	3.746.110	2.555.972
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	308.505	3.565.460	3.560.600	2.298.818
Rendimentos dos ativos do plano	34.946	412.261	615.098	271.857
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	114			
Pagamento de benefícios	(22.480)	(247.566)	(344.256)	(170.127)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	32.880	102.673	258.699	165.266
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	331.965	3.872.828	3.990.139	2.665.814
Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(51.737)	(296.826)	(2.200.029)	(109.842)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	51.757	296.826	2.200.029	109.842
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾				

	Controladora 2016 (Reapresentado)		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	238.440	2.513.323	2.957.032	1.070.450
Juros sobre obrigações atuariais	29.768	328.145	387.355	136.029
Custo do serviço corrente	24	1.586		37
Contribuições de participantes vertidas no ano	42			
Benefícios pagos líquidos	(22.115)	(230.684)	(292.754)	(135.107)
Contribuição de obrigação atuarial				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	31.899	553.092	455.136	1.003.664
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	279.147	3.265.462	3.496.769	2.075.073
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	271.134	3.049.815	3.030.307	2.007.048
Rendimentos dos ativos do plano	34.062	385.326	638.954	258.724
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	115			
Pagamento de benefícios	(22.115)	(230.685)	(292.755)	(135.107)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	22.310	401.004	(15.906)	268.153
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	300.506	3.805.460	3.560.600	2.298.818
Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(27.358)	(339.998)	(1.873.831)	(323.745)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.358	339.998	1.873.831	323.745
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾				

	Controladora 01/01/2016 (Reapresentado)		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	242.108	2.704.907	3.048.999	
Juros sobre obrigações atuariais	27.440	308.055	343.562	
Custo do serviço corrente	24	2.157		
Contribuições de participantes vertidas no ano	43			
Benefícios pagos líquidos	(19.368)	(206.501)	(294.854)	
Contribuição de obrigação atuarial				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(11.869)	(195.295)	(140.674)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	238.440	2.513.323	2.957.032	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	251.978	2.920.300	5.868.212	
Rendimentos dos ativos do plano	26.622	333.537	877.075	
Pagamento de benefícios	(19.368)	(206.501)	(294.854)	
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos			(1.675.895)	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	9.788	2.479	455.770	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	271.134	3.049.815	5.030.308	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(32.694)	(436.492)	(2.073.275)	
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	32.694	436.492	2.073.275	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾				

continua ->

—se continuació

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Consolidado										Controladora																		
2017										2017																		
Planos de Pensão										Planos de Assistência Médica					Planos de Assistência Médica													
PBS-TelemarPrevPBS-A										PBS-TelemarPrevPBS-A					PBS-TelemarPrevPBS-A													
B/T-PRÉV	TCS-PRÉV	PBS-TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CEL-PRÉV	PAMA																						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício															1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073						
Juros sobre obrigações atuariais															173	311	31.697	381.256	393.424	3.328	15	234.464						
Custo do serviço corrente															23	56	32	1.506		48	7	89						
Contribuições de participantes vertidas no ano																	41											
Benefícios pagos líquidos															(88)	(11)	(22.480)	(253.289)	(344.256)	(2.354)		(170.127)						
Constituição de obrigação atuarial																												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes															(99)	(474)	11.770	189.610	154.173	1.705	(114)	416.473						
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício															1.547	2.578	300.209	3.665.281	3.690.110	31.938	41	2.555.972						
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício															1.204	8.690	306.505	3.693.378	5.360.600	54.684	2.553	2.398.818						
Rendimentos dos ativos do plano															134	1.021	34.946	422.327	615.098	6.343	301	271.857						
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora																												
Contribuições normais recebidas pelo plano																	114			19								
Patrocinadora																	73			12								
Participantes																	41			7								
Pagamento de benefícios															(88)	(11)	(22.480)	(253.289)	(344.256)	(2.354)		(170.127)						
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos																												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes															(88)	(1.644)	32.880	107.102	258.697	1.030	(174)	165.266						
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício															1.162	8.056	351.965	3.969.518	5.890.139	59.722	2.682	2.665.814						
(n) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido															385	(5.478)	(51.757)	(304.237)	(2.200.029)	(27.784)	(2.641)	(109.842)						
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso																	1.614	51.757	304.237	2.200.029	27.784	2.641	109.842					
(e) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ^{II}															385	(3.864)												
Consolidado																												
2016 (Reapresentado)																												
Planos de Pensão															Planos de Assistência Médica					Planos de Assistência Médica								
PBS-TelemarPrevPBS-A															PBS-TelemarPrevPBS-A					PBS-TelemarPrevPBS-A								
B/T-PRÉV	TCS-PRÉV	PBS-TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CEL-PRÉV	PAMA																						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício															1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.032	24.918	89	1.070.450						
Juros sobre obrigações atuariais															178	293	29.768	330.455	367.365	3.125	11	136.029						
Custo do serviço corrente															39	92	24	1.912		38	4	37						
Contribuições de participantes vertidas no ano																	42			9	1							
Benefícios pagos líquidos															(83)	(10)	(21.115)	(236.978)	(292.754)	(2.325)		(135.107)						
Constituição de obrigação atuarial																												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes															(30)	60	31.989	564.450	455.136	3.439	28	1.003.684						
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício															1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073						
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício															1.151	7183	271.134	3.134.969	5.030.307	50.269	2.501	2.007.048						
Rendimentos dos ativos do plano															141	934	34.062	396.140	638.564	6.449	327	258.724						
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora																												
Contribuições normais recebidas pelo plano																	115			21	2							
Patrocinadora																	73			12	1							
Participantes																	42			9	1							
Pagamento de benefícios															(83)	(10)	(21.115)	(236.978)	(292.754)	(2.325)		(135.107)						
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos																												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes															(5)	583	22.310	398.247	(15.906)	270	(277)	268.153						
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício															1.204	8.690	306.506	3.693.378	5.360.600	54.684	2.553	2.398.818						
(n) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido															334	(5.994)	(27.385)	(347.180)	(1.873.831)	(25.480)	(2.420)	(323.745)						
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso																	1.476	27.358	347.180	1.873.831	25.480	2.420	323.745					
(e) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ^{II}															334	(4.518)												
Consolidado																												
01/01/2016 (Reapresentado)																												
Planos de Pensão															Planos de Assistência Médica					Planos de Assistência Médica								
PBS-TelemarPrevPBS-A															PBS-TelemarPrevPBS-A					PBS-TelemarPrevPBS-A								
B/T-PRÉV	TCS-PRÉV	PBS-TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CEL-PRÉV	PAMA																						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício															1.478	2.506	242.108	2.769.604	3.048.999	25.842	94							
Juros sobre obrigações atuariais															165	230	27.444	315.487	343.562	2.940	10							
Custo do serviço corrente															33	58	80	2.600		62	4							
Contribuições de participantes vertidas no ano																	43			18	1							
Benefícios pagos líquidos															(74)	(12)	(19.308)	(211.326)	(294.854)	(1.967)		1.070.450						
Constituição de obrigação atuarial																												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes															(163)	3	(11.889)	(197.305)	(140.674)	(1.977)	(20)							
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício															1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.033	24.918	89	1.070.450						
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício															1.132	5.730	251.978	3.944.597	5.868.212	48.794	2.367							
Rendimentos dos ativos do plano															124	676	28.652	342.085	677.075	5.888	279							
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora																												
Contribuições normais recebidas pelo plano																	114			35	4							
Patrocinadora																	73			17	3							
Participantes																	41			18	1							
Pagamento de benefícios															(84)	(12)	(19.308)	(211.326)	(294.854)	(1.967)								
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos																												
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes															(30)	789	9.798	9.633	455.770	(2.251)	(148)							
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício															1.152	7.183	271.134	3.134.969	5.030.308	50.269	2.501	2.007.048						
(n) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido															287	(4.892)	(32.694)	(456.610)	(2.073.275)	(25.351)	(2.412)	(306.596)						
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso																	32.694	456.610	2.073.275	25.351	2.412	306.596						
(e) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ^{II}															287	(4.892)												

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

Custo do serviço corrente

Juros sobre obrigações atuariais

Rendimento dos ativos do plano

Juros sobre o passivo oneroso

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados

Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes

Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido

Total da despesa (receita) reconhecida

continua →

-continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	BT-PRV	TCS	PBS-	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CEL	PREV	PAMA
Renda fixa	92,17%	84,25%	98,01%	91,40%	92,24%	98,93%	98,03%	100,00%	100,00%
Renda variável	1,32%	3,25%	1,78%	2,21%	1,50%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Investimentos estruturados	5,21%	11,45%	9,12%	5,08%	0,21%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Investimentos no exterior	0,89%	0,72%	0,74%	0,70%	4,99%	1,06%	1,97%	0,01%	0,01%
Imóveis	0,62%	0,33%	0,35%	0,61%	0,97%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Empréstimos a participantes	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

b) Participações dos empregados nos resultados: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 125.616 na controladora e R\$ 224.535 no consolidado. 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Transações com partes relacionadas consolidadas: (até o nível da "holding" Oi)

COM PARTES RELACIONADAS: transações com partes relacionadas das Lojas (até o nível da Controladora)		Consolidado	
	2016 (Reapre- sentado)	2016 (Reapre- sentado)	2016 (Reapre- sentado)
Ativo			
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")		61.487	61.487
Oi Holanda		61.487	61.487
Contas a receber	1.890.194	1.089.829	954.947
Oi	121.174	71.623	59.507
Oi Alto	193	361	958
Oi Móvel	1.653.217	977.124	862.318
Br Multimídia	52.787	172.186	16.228
Oi Internet	62.622	18.991	15.857
Serred	155	2	79
Pago Administradora	6	2	
Créditos com controladas	173	157	23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi			4.619.733
Oi Serviços Financeiros			4.143.112
Oi Móvel			25.716
Debitores			871
Oi	173	157	23.979
Br Multimídia			16.228
Oi Internet			15.857
Serred			79
Pago Administradora			2
Créditos com controladas			23.979
Oi</			

* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

De Diretoria e acionistas da Telcel Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial. Rio de Janeiro – RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telcel Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações de resultados, demonstrações de fluxo de caixa e demonstrações de valor econômico, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as práticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima relatadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telcel Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações de fluxo de caixa e demonstrações de valor econômico, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos atenção para Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a qual descreve a situação da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e o fato de que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 119.650.600 mil (R\$ 97.254.552 mil na controladora). Conforme apresentado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, essas eventuais condições conjuntamente com a necessidade de manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelo Comitê de Recuperação Judicial, bem como a decisão do Conselho de Administração da Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 2018 e o atendimento das condições precedentes a conversão de dívidas em ações como definido no referido plano, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está reservada em relação a este assunto. **Base para a conclusão:** A administração da Companhia não apresentou evidências suficientes para nos permitir concluir que a situação da Companhia não está em conformidade com as normas, explicitamente descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contadores do Brasil, e não temos qualquer relacionamento com a Companhia ou suas controladas que nos dê a existência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia não se estende a essas outras informações. **Responsabilidades da administração:** A administração da Companhia é responsável, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nos termos da responsabilidade a se ter o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essas informações, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base em nossa auditoria, não houver evidências suficientes para nos permitir concluir que as informações não estão distorcidas de forma relevante, não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), bem como a divulgação de informações relevantes e necessárias para a compreensão adequada das demonstrações financeiras, de modo a permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração e responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração apresente evidências convincentes de que a Companhia não sofrerá dificuldades financeiras durante o período de planejamento a ser divulgado. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nosso objetivo ao obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria independente com base nesse objetivo, não é a obtenção de uma garantia absoluta de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitidas pela Companhia. **Objetivos da auditoria:** Os objetivos da auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas para fundamentar nossas conclusões. O risco de não detecção de distorção resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade da Companhia de continuar operando. • Comunicamos aos membros da administração e ao conselho de administração a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não continuar operando. • Comunicamos aos membros da administração e ao conselho de administração sobre o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente relevante às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio sob nossa auditoria, incluindo, mas não limitado a, controle interno, documentação, procedimentos contábeis, registros contábeis, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Referências:** Normas Brasileiras de Contabilidade, Normas Internacionais de Auditoria (NIA) e IFRS. Luis Gaudin François de Araújo Contador CRC RJ-091559-0/4.

Id: 2113939

PARKIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 16.563.671/0001-09

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutanas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R\$ Mil)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (em milhões de reais)		
ATIVO		
ATIVO Circulante	2017	14,3
Caixa e equivalentes de caixa	200	
Dividendos a receber	37.120	14,2
Impostos a recuperar	65	
ATIVO Não-Circulante	2.085.026	1.999,7
Investimentos em controladas e coligadas	2.085.026	1.680,7
TOTAL DO ATIVO	2.122.146	2.004,0
PASSIVO		
Passivo Circulante	84	70,9
Contas a pagar	76	62,8
Dividendos a pagar	8	8,1
Partes relacionadas	7	
Dívidas de terceiros	7	
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.122.062	1.933,1
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.122.146	2.004,0

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2017	2016
Receitas (Despesas) Operacionais	274.711	283.371
Resultado de equivalência patrimonial	274.767	283.417
Receitas sobre aplicações financeiras	172	-
Despesas gerais e administrativas	(229)	(11)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	274.711	283.371
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	274.711	283.371

Diretor Presidente: Charles Wanderley Maia - CPF 265.630.967-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Em R\$ Mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Faturamento	274.711	203,3
Resultado de equivalência patrimonial	(274.767)	(283,4)
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(41)	(0,1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	22	(0,1)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	66	(0,1)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento de ações resgatáveis	93.120	84,4
Dividendos recebidos	35.489	60,0
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	128.609	145,0
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(57.508)	(36,3)
Pagamento de ações resgatáveis	(82.862)	(105,9)
Pagamento de obrigação de aquisição	(8.182)	(0,1)
Mutuos	-	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(138.370)	(144,9)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	183	0,3
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	183	0,3
Redução de caixa e equivalentes de caixa	183	0,3
Saldo no início do exercício	46	0,1
Saldo no fim do exercício	209	0,3

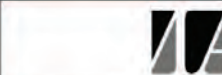
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2016

Em 31/12/2017: O CONTEXTO OPERACIONAL: A Parana Participações S.A. ("Parana Sociedade") tem por objeto a participação, como cotista ou acionista, em outras sociedades. Em 31/12/2017, a Sociedade possui 100% de participação na Sobrasol Comércio S.A. ("Sobrasol Comércio S.A."), uma empresa controlada pela Parana Sociedade.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R\$ Mil)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial	Ajustes Acumul. de Cor. versão	Lucros (Prej.) Acumul. lidos	Total
Em 31/12/2015	704.782	71.712	11.212	50.356	375.100	(169.872)	2.243.366
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	283.301	283.301
Distrib. de dividendos intermediários	-	-	-	(30.318)	-	-	(30.318)
Plag* de ações resgatáveis	-	(146.048)	(11.212)	(1.040)	-	-	(168.308)
A) acumulados de conversão	-	-	-	-	(385.015)	-	(385.015)
Saldo em 31/12/2016	704.782	525.734	-	590.086	113.519	1.934.124	3.869.245
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	274.711	274.711
Res. de capital	-	(22.252)	-	-	-	22.252	-
Reserva Legal	-	-	8.754	-	-	(8.754)	-
Res. emp. 202 Lei 6404/76	-	-	-	127.016	-	(127.016)	-
Plag* de dividendos	-	-	-	(57.508)	-	-	(57.508)
A) acumulados de conversão	-	-	-	-	(28.970)	-	(28.970)
Saldo em 31/12/2017	704.782	503.482	8.754	69.508	84.549	2.101.911	3.917.036

Id: 2113886

**MAPISA I S.A.**

CNPJ 10.930.771/0001-31

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, temos a satisfação de submeter à apreciação e deliberação de V.Sas. as demonstrações financeiras da MAPISA I S.A. referente ao exercício social findo em 31/12/2017. Informamos ainda, que as notas explicativas

Integra e relatório dos auditores independentes estão à disposição na sede da com
Balanço Patrimonial em 31/12/2014 R\$ - 1000

Balanco Patrimonial em 31/12/2017 e 2016 (em R\$ mil)		
	2017	2016
ATIVO		
Circulante	6.240	10.330
Caixa e equivalentes de caixa	2740	4.340
Dividendos a receber	775	790
Impostos antecipados	617	617
Estoque de produtos a comercializar	4.070	4.880
Contas a receber de clientes	480	—
Não circulante	6.204	9.340
Ajardamento para futuro aumento de capital	575	3
Investimentos	3.628	8.980
Imobilizado	—	4
Total do ativo	12.444	19.670
PASSIVO	2017	2016
Circulante		
Tributos a receber	1	1
Contas a pagar	7	—
Não Circulante	—	12
Partes relacionadas	—	1.2
Patrimônio líquido	12.436	18.236
Capital social	16.825	21.8
Reservas de lucros	—	7
Prejuizo acumulado	(4.389)	(4.277)
Total do passivo e patrimônio líquido	12.444	19.670

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2017 (Em MR)

[illegible]

Demonstração de Resultado em 31/12/2017 e 2016 (Em Mil R\$)

Demonstração do resultado em 31/12/2017 e 2016 (Em R\$ Mil)		
Receita Líquida de Venda	2017	20
Custo das Mercadorias Vendidas:	(547)	
Lucro Bruto	20	
Despesas e Receitas operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(109)	(3)
Despesas perdas e administrativas	(1.552)	(1)
Perda na alienação de investimento	-	(1)
Outras receitas líquidas	72	
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(1.068)	(5)
Resultado financeiro: Receitas financeiras	207	8
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(861)	(5)
Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2017 e 2016 (Em R\$ Mil)		
	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(861)	(5)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(861)	(5)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2017 e 2016 (Em MF)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Legal	Investimentos		
Saldo em 31/12/2015	21.825	758	5.716	28.300
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	(5.002)	(5.002)
Dividendo distribuído	-	(5.000)	(5.000)	(10.000)
Absorção de prejuízo	-	(7.16)	7.16	-
Saldo em 31/12/2016	21.825	758	(4.286)	18.298
Aumento (Redução) do Capital Social	(5.000)	-	-	(5.000)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	(8.61)	(8.61)
Absorção de prejuízo	-	(758)	758	-
Saldo em 31/12/2017	16.825	-	(4.389)	12.436

empreendimento imobiliário Evidence Quality Life localizado na Estrada do Guereng

370 - Jacarequã, Rio de Janeiro - RJ no mês de RS 49.697. Em 2017 a Companhia possui 15 apartamentos desde mesmo empreendimento, no valor de R\$ 4.070,5. **Companhia não recebe de clientes.** Em 31/12/2017, a Companhia possuía o valor de R\$ 489,8 em relação ao único cliente referente à recebíveis de contratos de venda de 2 unidades empreendimento imobiliário Evidence Quality Life, com data de vencimento inferior a 6 meses e investimento em carteira de R\$ 489,8 em conjunto com o balanço patrimonial da entidade da participação societária, conforme demonstrativo Técnico CPC 04-05, método da avaliação patrimonial, conforme Demonstrativo Técnico CPC 04-05; Investimento em coligada, em controlada e em controlados em conjunto, para fins das demonstrações financeiras consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, investimento em controladas em conjunto é contabilizado no balanço patrimonial sob o rubricado nas mudanças após a aquisição da participação societária na controlada controladora. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Mapisa I S.A.

Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/2017 e 2016 (Em: MRS)

	2017	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(881) 3.00	
Ajustes para conciliar o resultado à caixa pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	108	3.64
Depreciação e amortização	-	(46)
Receita financeira de ações preferenciais resgatáveis	-	(46)
Perda na capital na venda de investimentos	-	13
Variação nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(292)	(0)
Estoque de imóveis a comercializar	(489)	-
Custos a receber de clientes	(111)	-
Tributos a receber	(111)	-
Custos a pagar	3	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(613)	(39)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação de investimentos controlados em conjunto	-	5.71
Dividendos recebidos de controlados em conjunto	178	(4.03)
Adiantamento para futuro aumento de capital	200	1.55
Resolução de capital (aplicados)	3.054	-
Contrato de mútuo	-	1.26
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	3.054	1.26
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(6.17)
Rescusão de capital social	(5.006)	-
Partes relacionadas	(1.281)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.287)	(6.17)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.062)	239
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	4.341	1.95
No final do exercício	279	4.34
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.062)	239
Transações que não envolvem caixa	-	-
Capitalização de AFAC em controladas em conjunto	-	(38)

Id: 2113936

ÁGUAS DE NITERÓI S/A.
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6
ATA DE AGE REALIZADA NO DIA 29/12/17: LOCAL, HORA E DATA: No dia 29/12/17, às 8:00 horas, na sede social à Rua Marquês de Paraná, nº 110, Centro, Niterói/RJ. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO**

CAO-Editais de convocação publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20/12/17 na página 2, dia 21/12/17 na página 5 e no dia 22/12/17 na página 12 e no Jornal Monitor Mercantil, no dia 20/12/17 na página 4, dia 21/12/17 na página 10 e no dia 22/12/17 na página 10. **MESA:** Sr. Cláudio Bechara Abduche. Presidência.

dente e Sr. Marcelo Augusto Raposo da Mota, Secretário. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Observados os impedimentos legais, com a acionista presente representando 95% do capital votante, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Aprovação da transferência, no valor de R\$ 27.900.000,00, da conta de "reserva de retenção de lu-